



ACADEMIA MILITAR

A influência das NATO response forces, no produto operacional do Exército e os seus efeitos no contexto Internacional.

Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Paulo Jorge Cabral de Sousa

Orientador:

Tenente Coronel de Cavalaria José Miguel Moreira Freire

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2013**



ACADEMIA MILITAR

A influência das NATO response forces, no produto operacional do Exército e os seus efeitos no contexto Internacional.

Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Paulo Jorge Cabral de Sousa

Orientador:

Tenente Coronel de Cavalaria José Miguel Moreira Freire

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2013**

Dedicatória

À minha Esposa, Pais e Irmãos

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Major de Infantaria João Vasco da Gama de Barros por aceitar o desafio de orientar na fase inicial o meu trabalho, pelo esforço e dedicação no auxílio da investigação.

Ao Tenente Coronel de Cavalaria José Miguel Moreira Freire que se disponibilizou prontamente a dar continuidade na orientação do trabalho como meu orientador, auxiliando-me em todas as minhas dúvidas e questões em relação à investigação.

Ao Coronel de Infantaria Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão pela sua disponibilidade, conhecimento e apoio na orientação de todo o projeto referente à investigação.

Ao Tenente Coronel de Infantaria Pedro Brito Teixeira pela sua orientação, e auxílio nas linhas iniciais de todo o processo de investigação.

A todos os entrevistados que contribuíram para o conhecimento e realização do presente trabalho.

Ao meu Diretor de Curso Tenente Coronel de Infantaria Luís Miguel Afonso Calmeiro pelo seu Rigor, Disciplina de trabalho e apoio em todo o processo de investigação.

Ao meu Diretor de Curso do Tirocínio para Oficial de Infantaria Capitão de Infantaria Oliveira.

À minha Esposa que sempre incentivou a aprofundar a investigação.

Ao meu Camarada João Magalhães pela sua disponibilidade para rever partes constituintes do meu trabalho de investigação.

A todos aqueles que não foram citados, mas que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, manifesto toda a minha gratidão e apreço.

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada aborda o seguinte tema: “A atuação de forças do Exército nas *NATO Response Force*, e a forma como estas contribuem para o produto Operacional do Exército”, tendo em conta o esclarecimento e a identificação dos efeitos produzidos pelas mesmas.

O objetivo da investigação, em questão, visa a identificação das consequências de participação de forças numa *NATO Response Force*, inerente à sua organização, ao seu treino operacional, ao equipamento necessário e contributos para a constituição de uma Força Nacional Destacada. Pretende-se determinar a influência das *NATO Response Force* nas forças operacionais de escalão batalhão, que tenham cumprido o ciclo *NATO Response Force*-Força Nacional Destacada.

A realização da investigação assentou na pesquisa/análise bibliográfica e documental, que serviu de base à concretização de um guião de entrevista, com o qual se pretendeu responder a todas as questões, bem como a verificação das hipóteses delineadas durante o processo, alcançando, deste modo, a resposta à seguinte questão central: “Quais os efeitos do emprego de Forças do Exército nas *NATO Response Force*?”. O método científico indutivo aplicado na elaboração da investigação baseia-se na análise qualitativa sob a forma de estudo caso.

Após a análise e a discussão dos resultados, concluímos que os principais efeitos nas forças são: a adaptação da organização e dos equipamentos, que estão em quadro orgânico, aos requisitos da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A existência de mecanismos de certificação no treino operacional da força, sendo o desenho de todo o ciclo de treino da *NATO Response Force* o principal contributo para a constituição de uma Força Nacional Destacada, uma vez que a força *NATO Response Force* é submetida a um processo de treino, certificação e manutenção do nível operacional exigido.

Palavras-Chave: *NATO Response Force*, Organização da Força, Equipamento, Treino Operacional, Força Nacional destacada.

Abstract

This Work of Applied Research is about the following topic: "The action of Army forces in NATO Response Force and how these contribute to the product Army Operational", taking into account the clarification and identification of effects produced by them.

The aim of the research in question, concerns the identification of the consequences of participation in NATO Response forces, inherent in its organization, its operational training, the equipment required and its contribution to the establishment of a National Force Outstanding. Intends to determine the influence of the NATO Response Forces on the operating forces of battalion level, which have completed the NATO Response Force-National Force Outstanding cycle.

The realization of this investigation was elaborated through a research and a bibliographic and documentary analysis, which formed the basis for the realization of an interview guide, which purpose is answering all questions as well as doing the verification of the hypotheses outlined in the process, reaching, thus, the solution to the following question: "What are the effects of employing Army Forces in the NATO Response Forces?". The inductive scientific method applied in the preparation of research is based on qualitative analysis in the form of case study.

After analysis and discussion of the results, we conclude that the main effects in the forces are: adapting the organization and the equipment, which are in an organic framework, to the requirements of North Atlantic Treaty Organization. The existence of certification mechanisms in the operational training of the force, and the design of all operational training NATO Response Force the main contribution to the formation of a National Force Outstanding, once the NATO Response Force is subjected to a process of training, certification and maintenance of the highest operational level required.

Keywords: NATO Response Force, Force Organization, Equipment, Operational Training, National Force Outstanding

Índice geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice geral	vi
Índice de figuras	ix
Índice de quadros.....	x
Lista de anexos e apêndices.....	xi
Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos	xii
Capítulo 1 - Introdução.....	1
Nota introdutória	1
1.1. Finalidade	1
1.2. Enquadramento/contextualização da investigação	2
1.3. Importância da investigação e justificação do tema	2
1.4. Definição dos objetivos e delimitação do tema	3
1.4.1. Questões derivadas e hipóteses	4
1.5. Metodologia.....	5
1.6. Estrutura do trabalho	6
Capítulo 2 - Revisão da literatura	8
Nota Introdutória	8
2.1. Antecedentes e contextualização da NATO Response Force.....	8
2.2. O caso do Exército Português.....	11

2.3. Conceito e estrutura geral de NATO Response Force.....	13
2.4. Evolução do conceito NATO Response Force	17
2.5. Estudo da participação do Exército Português nas NATO Response Force 5 e 13.....	18
2.5.1. Vertente organizacional da força NATO Response Force	19
2.5.2. Componente de Equipamento.....	20
2.5.3. Componente de Treino operacional.....	20
2.5.3.1 O processo de certificação	22
2.5.4. O contributo das forças NATO Response Force para as Forças Nacionais Destacadas	23
Capítulo 3 - Metodologia e procedimentos.....	25
Nota Introdutória	25
3.1. O método, a técnica, os meios e procedimentos de abordagem ao problema	25
3.2. Calendarização e local da realização das atividades	26
3.3. Amostragem: Estudo de caso composição e justificação	27
3.4. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados.....	27
3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados	29
3.5.1. Análise documental	29
3.5.2. Entrevistas	29
3.5.2.1. Caracterização da Amostra.....	30
3.6. Síntese.....	31
Capítulo 4 - Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	32
Nota introdutória	32
4.1. Apresentação dos resultados da análise documental	32
4.2. Apresentação dos resultados das Entrevistas.....	39
4.2.1. Comandante da NRF 5	40
4.2.2. Comandante da NRF 13	42
4.2.3. 2º Comandante da NRF 5	44
4.2.4. Oficial de Operações da NRF 5	46
4.2.5. Oficial de Informações da NRF 5.....	48
4.2.6. Adjunto do Comandante do CFT	50

4.3. Discussão dos resultados obtidos	51
Capítulo 5 - Conclusões e recomendações	54
Nota introdutória	54
5.1. Conclusões.....	54
5.2. Limitações da Investigação e Recomendações futuras.....	57
Bibliografia.....	59
Apêndices	
Apêndice A - Glossário	AP A-1
Apêndice B - Capacidades dos Batalhões de Infantaria	AP B-2
Apêndice C - Estudo das NRF.....	AP C-4
Apêndice D - As etapas do Procedimento	AP D-7
Apêndice E - Guião de Entrevista	AP E-9
Apêndice F - Quadro resumo de respostas das entrevistas.....	AP F-11
Anexos	
Anexo A – Full Operacional Capability da NRF	A-1
Anexo B - Critérios da capacidade de Prontidão.....	B-2
Anexo C - Classes de Abastecimentos	C-3

Índice de figuras

Figura 1 - Fases do Trabalho de investigação	6
Figura 2 - Ciclo de Rotação da NRF	15
Figura 3 - Organograma do procedimento e recolha de dados na operação.....	8
Figura 4 - Organograma do AgrMec/NRF 5	33
Figura 5 - Evolução do efetivo da NRF 5.....	34
Figura 6 - Organograma do 2ºBIPara/NRF 13	34
Figura 7 - Critérios de certificação da Força	38
Figura 8 - As etapas do Procedimento.....	AP C-7
Figura 9 - FOC da NRF	A-1

Índice de quadros

Quadro 1 - Delimitação do tema de estudo	4
Quadro 2 - Participação do Exército em NRF	11
Quadro 3 - Prazos para adquirir a FOC	14
Quadro 4 - Operações da NRF	16
Quadro 5 - Composição e articulação das forças	18
Quadro 6 - Sistematização do processo de transformação	21
Quadro 7 - Plano dos momentos da investigação e instrumentos na recolha de dados.....	27
Quadro 8 - Descrição da amostra das entrevistas	31
Quadro 9 - Resumo da atividade operacional das NRF	36
Quadro 10 - Capacidades dos Batalhões de Infantaria	AP B-2
Quadro 11 - Estudo das NRF.....	AP D-4
Quadro 12 - Quadro resumo de respostas das entrevistas	AP F-11
Quadro 13 - Critérios Permanentes da capacidade de Prontidão.....	B-2
Quadro 14 - Classes de Abastecimentos	C-3

Lista de anexos e apêndices

Apêndice A	Glossário
Apêndice B	Capacidades dos Batalhões de Infantaria
Apêndice C	Estudo das <i>NATO Response Force</i>
Apêndice D	As Etapas do procedimento
Apêndice E	Guião de entrevista
Apêndice F	Quadro resumo de respostas das entrevistas
Anexo A	Full Operational Capability da NRF
Anexo B	Critérios Permanentes da capacidade de Prontidão
Anexo C	Classes de abastecimentos

Lista de siglas, abreviaturas e acrónimos

A

ACE	Allied Command Europe
ACO	Allied Command Operations
AgrMec	Agrupamento Mecanizado
AMF	Allied Mobile Force
APA	American Psychological Association
ARRC	Allied Rapid Reaction Corps
AtMec	Atiradores Mecanizados
Asp Al Inf	Aspirante Aluno Infantaria
AM	Academia Militar

B, C

BIMec	Batalhão Infantaria Mecanizado
BIPara	Batalhão Infantaria Paraquedista
BFSA	Blue Force Situation Awareness
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
CBRN	Chemical, Biological, Radiological and Nuclear
CCT	Commander's Conceptual Training

COP	Common Operational Picture
CFT	Comando Forças Terrestres
CJSOR	Combined Joint Statement of Requirements
CJTF	Combined Joint Task Force
CParas	Companhia Paraquedista
CREVAL	Combat Readiness Evaluation
Cmd e SecCmd	Comando e Secção de Comando
CC	Carro de Combate
C2	Comando e Controlo
CRP	Constituição da República Portuguesa
D, E, F	
DFTC	Deployable Forces Training Concept
DOS	Day Of Supply
DJTF	Deployable Joint Task Force
ECC	Esquadrão de Carros de Combate
EUA	Estados Unidos da América
EOM	Estrutura Orgânica de Material
FFAA	Forças Armadas
FLR	Forces of Lower Readiness
FRI	Força de Reação Imediata
FND	Força Nacional Destacada
FOC	Full Operational Capability
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército

G, H, I

GCC	Grupo de Carros de Combate
HRF	High Readiness Forces
IRF	Immediate Reaction Forces
IOC	Initial Operational Capability
ISTAR	Intelligence Surveillance Target Acquisition and Reconnaissance
JFCL	Joint Force Command Lisbon

J, K, L

LRA	Longo Raio de Ação
LDN	Lei de Defesa Nacional
KFOR	Kosovo Forces
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LOE	Lei Orgânica do Exército
LGA	Lança Granadas Automático

M, N, O

MC	Military Concept
NBQ	Nuclear, Biológica e Química
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NTM	Notice To Move
NEP	Normas Execução Permanente
NRF	NATO Response Force
NSE	National Support Element
OPD	Operational Preparation Directorate

OpEsp	Operações Especiais
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P, Q, R	
RCIED	Remote Controlled Improvised Explosive Devices
QG	Quartel-General
QO	Quadro Orgânico
QOM	Quadro Orgânico de Material
QOP	Quadro Orgânico de Pessoal
QP	Quadro Permanente
RRF	Rapid Reaction Forces
RSOMI	Reception, Staging, Onward Movement and Integration
S, T, U, V	
SACEUR	Supreme Allied Commander Europe
SFN	Sistema de Forças Nacional
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro Operações
TPOI	Tirocínio Para Oficial de Infantaria
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
VBTP	Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal
VCB	Vigilância do Campo de Batalha

Capítulo 1

Introdução

Nota introdutória

Há conhecimento de dois tipos: sabemos sobre um assunto, ou sabemos onde podemos buscar informação sobre ele. Samuel Johnson

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) é subordinado ao tema “*A atuação de forças do Exército nas NATO Response Force (NRF), e a forma como estas contribuem para o produto Operacional do Exército.*” O presente capítulo serve de introdução a toda a investigação e revela a estrutura geral do trabalho, destacando a importância da investigação, os objetivos de estudo propostos e a forma como se responde às questões que se colocaram.

1.1. Finalidade

No decorrer do plano de estudos, no ciclo de mestrado integrado em ciências militares na especialidade de Infantaria da Academia Militar (AM), surgiu a oportunidade de elaborar um trabalho de investigação aplicada, que sob aprovação mediante uma proposta, detém o seguinte título: “*A influência das NRF, no produto operacional do Exército e os seus efeitos no contexto Internacional*”.

Este trabalho tem por finalidade identificar a importância e os efeitos da participação das forças do Exército Português nas NRF. O culminar de todo o processo de formação e educação do Tirocínio para Oficial de Infantaria (TPOI), na AM, é feito a partir do aprofundamento de conhecimento do aluno numa determinada matéria, com a finalidade de “aplicar competência e desenvolver a capacidade de compreensão nos domínios da segurança e defesa, exercitando metodologias de pesquisa e investigação, da reflexão individual e de análise crítica (...) sobre assuntos de reconhecido interesse para o Exército” (Norma Execução Permanente (NEP) 520, 2011, p.1), podendo o aluno numa situação prática valer-se das ferramentas adquiridas.

1.2. Enquadramento/contextualização da investigação

Como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Portugal usufruiu de vantagens em termos de credibilidade política, capacidade de defesa coletiva, modernização nas Forças Armadas (FFAA) em termos de infra estruturas, táticas, doutrina e armamento. Com a queda do Muro de Berlim e a desintegração do Pacto de Varsóvia a OTAN face ao conflito nos Balcãs – que ameaçava os seus estados-membros – ampliou a sua atenção para esta região. Neste contexto foi criado o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte na sede da OTAN em Setembro de 1991, servindo de fórum para o debate e promoção das questões de segurança, quer para os membros da OTAN quer para os antigos adversários da Aliança. Após os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 foi invocado pela primeira vez o Artigo 5^o. Em Maio de 2002 foi criado o Conselho OTAN-Rússia e assistimos a uma evolução, no mesmo ano, do conceito de forças de alta prontidão da OTAN, conjugadas com as NRF que aparecem pela primeira vez. Basicamente a NRF constituía a espinha dorsal da capacidade de reação rápida da OTAN e as forças de alta prontidão. (Palmer, 2009)

Inserido na prossecução dos objetivos estratégicos da Aliança, Portugal apresenta como contributo a preparação de forças, que integram as sucessivas NRF que são formadas. Apresentam-se neste trabalho duas forças NRF distintas na composição e tempo de atuação, mas que, depois das fases de ajuste e aprontamento, desempenharam funções no Teatro de Operações (TO) do Kosovo. Deste modo são forças que, terminado o ciclo de certificação e aprontamento, constituíram-se como Força Nacional Destacada (FND).

1.3. Importância da investigação e justificação do tema

A importância da investigação situa-se na atuação das Forças do Exército Português nas NRF e pretende realçar de que forma a participação na NRF contribui para a constituição de uma posterior FND. Entender, também, de que maneira as NRF concorrem para o incremento da Operacionalidade das unidades do Exército, através dos equipamentos, do treino e das eventuais alterações organizacionais da força. Partindo do pressuposto que as NRF oferecem uma dinâmica transformacional a todas as FFAA dos membros da OTAN, a

¹Vide in Apêndice A - Glossário

importância da investigação situa-se na averiguação de um contributo para o processo de transformação nas forças com a implementação das NRF em Portugal.

Com este estudo pretendemos identificar a importância da continuidade de inclusão de forças do Exército Português nas NRF e justificar a preparação e aprontamento com os sucessivos empenhamentos no contexto internacional. Este é o motivo principal que levou a escolher este tema, uma vez que Portugal demonstrou que no passado preparou, certificou e destacou forças para os teatros, defendendo os seus interesses, assim o deverá continuar a fazer no presente e no futuro.

O desafio de aprontar adequadamente uma unidade de escalão batalhão para uma força de reação rápida da OTAN é relevante, não apenas pela complexidade da sua implementação, mas também pela centralidade que a Aliança assume nas matérias de segurança e defesa que afeta todos os seus membros².

1.4. Definição dos objetivos e delimitação do tema

O objetivo geral de toda a investigação centra-se na verificação das consequências nas forças com a implementação das NRF. Determinar qual a influência das NRF nas forças operacionais de escalão batalhão que tenham cumprido o ciclo NRF-FND. Tornando necessário expor neste trabalho o conceito OTAN sobre as NRF, enunciar os antecedentes da NRF, o seu conceito geral e sua evolução uma vez que este pode sofrer alterações entre as NRF. Os objetivos específicos do trabalho concretizam-se na identificação das consequências de participação de uma força do Exército Português nas NRF em termos de organização, equipamento, treino operacional e o contributo para a constituição de uma FND. Esta última componente de estudo é abordada uma vez que as forças treinadas e certificadas pela NRF apresentam um conjunto de valências que possivelmente são transferidas para uma FND. Deste modo é determinada a influência das NRF no produto operacional do Exército através do estudo da organização, equipamento e treino operacional, assim como os contributos que possivelmente são transferidos da NRF para a constituição de uma FND.

A delimitação da investigação situa-se no estudo de todo o ciclo da NRF 5 e NRF 13, duas das quatro NRF de escalão batalhão implementadas em Portugal e que cumpriram o

²Segundo Portas (2002) a OTAN é o eixo estrutural da política de segurança e defesa Portuguesa. (Tradução Livre)

ciclo NRF-FND, sendo a investigação delimitada no tempo e no tipo de forças que são analisadas. As forças estudadas integraram uma FND no mesmo teatro, neste caso o teatro de operações do Kosovo. Foram escolhidas a NRF 5 e a NRF 13 porque apresentam tipologias de forças diferentes, no caso da NRF 5 podemos verificar os efeitos numa fase embrionária da implementação do conceito NRF, e em relação à NRF 13 foi escolhida esta força uma vez que havia efetivamente experiência acumulada e esta foi a última NRF implementada antes de o conceito sofrer alterações dentro da própria Aliança.

Quadro 1 - Delimitação do tema de estudo

NRF 5	NRF 6	NRF 12	NRF 13
JUL05-JAN06	JAN06-JUL06	JAN09-JUL09	JUL09-JAN10
Agrupamento Mecanizado	1º Batalhão Infantaria Paraquedista	Agrupamento Mecanizado	2º Batalhão Infantaria Paraquedista

A investigação não se restringiu ao estudo de agrupamentos mecanizados ou batalhões paraquedistas, para que as ilações que se retirem sejam consequências do emprego de diferentes forças nas NRF, sendo as mesmas a influenciar o produto operacional do Exército.

1.4.1. Questões derivadas e hipóteses

Com este trabalho pretende-se determinar “Quais os efeitos do emprego de forças do Exército nas NRF?”, sendo esta, inicialmente a questão de partida para elaborar toda a problemática. Com o evoluir da investigação e construção do modelo de análise, a questão anterior converteu-se na questão central, ou seja, o pretendido é a verificação dos efeitos nas forças do Exército que são empregues nas NRF. A partir da questão central derivam as seguintes questões:

Questão derivada 1: Quais as alterações produzidas na organização das forças com a participação na NRF?

Questão derivada 2: Quais as mudanças nas forças que participaram na NRF em termos de equipamento?

Questão derivada 3: Quais as alterações produzidas nas forças que participaram na NRF em termos de treino operacional?

Questão derivada 4: Qual o contributo da NRF para a constituição e sucesso da FND no TO do Kosovo?

Perante as questões anteriormente formuladas apresentam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: A organização da força que participa na NRF é modificada através de adaptações do respetivo quadro orgânico de pessoal e material.

Hipótese 2: Existem alterações em termos de equipamento nas forças que participam nas NRF com base no quadro orgânico da respetiva força.

Hipótese 3: O treino operacional da unidade que participa na NRF é alterado no seu conteúdo através das certificações implementadas e da sua eficácia.

Hipótese 4: A NRF contribui para a constituição e sucesso de uma FND uma vez que existem todas as capacidades necessárias no Batalhão NRF.

A construção das Hipóteses está relacionada com a investigação, a sua validação ou não, contribui para a resposta a todas as questões, objetivos específicos e gerais delineados.

1.5. Metodologia

O presente relatório científico teve como base de organização, construção e metodologia as orientações emanadas da NEP 520 da AM. A investigação tornou-se prioritária desde Maio de 2012. Todo o trabalho foi realizado na AM sede, em Lisboa. A metodologia aplicada segue o método científico indutivo. A análise é qualitativa e assenta na pesquisa, análise e revisão bibliográfica, bem como a realização de entrevistas. Alcançando deste modo a resposta a todas as questões colocadas no decorrer do processo de investigação.

As questões surgiram no decorrer da pesquisa bibliográfica e análise documental, mas também das entrevistas exploratórias realizadas. Para responder a essas questões foi considerado a realização de um guião de entrevista, a ser aplicado a entidades com conhecimento na temática e indivíduos que desempenharam funções nas forças NRF que são casos de estudo. Deste modo as entrevistas foram aplicadas aos comandantes das forças,

oficiais de operações e oficiais de informações que deram o seu contributo para o conhecimento e a realização do trabalho.

O desenvolvimento de uma investigação dedicada à OTAN e os conceitos que decorrem da Aliança tornam necessária a referência a termos cuja designação aparece em inglês, pelo que foi decidido, sempre que possível, a utilização da língua inglesa para não conduzir a interpretações erróneas.

1.6. Estrutura do trabalho

O presente TIA está estruturado da seguinte forma: Introdução, Revisão da literatura, Metodologia e procedimentos, Apresentação e análise de resultados, Conclusões e Recomendações futuras. Estando essencialmente agrupado em três fases, conforme demonstra a figura seguinte:

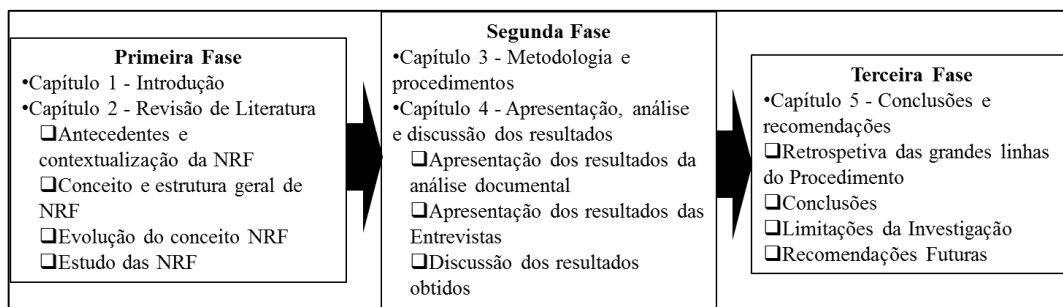


Figura 1 - Fases do Trabalho de investigação

Em cada capítulo apresenta-se uma nota introdutória com a finalidade de descrever o que o leitor poderá consultar no capítulo. O presente capítulo serve para o leitor adquirir uma perspetiva de todo trabalho e consiste numa apresentação geral, contendo as linhas que orientam toda a investigação.

No segundo capítulo, “Revisão da literatura”, apresenta-se o “estado da arte” sobre o conceito e evolução de NRF, segundo a doutrina OTAN. Define-se a forma como são analisadas as quatro componentes de estudo, nomeadamente, o treino operacional, organização, equipamento e contributo para a constituição de uma FND, relativamente às

duas forças que são objeto de estudo. O segundo capítulo é complementado, ainda, com uma análise crítica da literatura.

No terceiro capítulo, “Metodologia e Procedimentos da investigação”, procura-se responder às seguintes questões metodológicas: Como? Com quê? Onde? e Quando? que decorrem da forma como abordamos toda a problemática.

No quarto capítulo, “Apresentação, análise e discussão dos resultados”, são apresentados os resultados alcançados com a análise bibliográfica e as entrevistas. Fazendo uma breve discussão dos resultados obtidos após a análise.

O último capítulo, “Conclusões e recomendações futuras”, procura dar a resposta às questões que foram levantadas na forma de conhecimento adquirido. Passando de seguida para a Bibliografia uma vez que todo o trabalho é sustentado em citações e comentários no texto.

Capítulo 2

Revisão da literatura

Nota Introdutória

Those in Washington who think that the United States no longer needs allies are wrong Binnendijk and Kugler
--

Neste capítulo pretende-se abordar a literatura sobre o estado da arte de forma a credibilizar e sustentar todo o estudo científico, pois, sem a presença de outras investigações e de documentação oficial sobre o assunto, não seria possível a realização deste trabalho. Inicia com uma breve abordagem do percurso das forças de reação rápida da OTAN e a disponibilização de forças para as NRF, sempre acompanhado da doutrina OTAN e do seu conceito estratégico. Seguidamente, aborda-se o conceito e evolução de NRF. Finaliza com as componentes de estudo e as NRF que são âmbito da análise.

2.1. Antecedentes e contextualização da NATO Response Force

A OTAN sempre teve de se adaptar ao contexto estratégico do momento que vivia. Foi com a estratégia utilizada para conter a ameaça soviética após a 2ª Guerra Mundial, foi na década de 1960 com o objetivo de obter uma resposta flexível e rápida, foi no final da Guerra Fria com vista à obtenção de um ambiente de estabilização na Europa e deveria ter sido, também no, pós 11 de Setembro³, o que não se verificou, uma vez que existia uma crise interna na Aliança devido ao conflito no Iraque. O facto é que “a Aliança passou de uma organização de defesa coletiva regional, muito centrada no espaço europeu e atlântico, para uma organização com interesses globais, fruto da influência do processo de globalização, nomeadamente nas questões estratégicas e de segurança” (Serronha, 2010, p.27).

No período pós 11 de Setembro consideramos que a Aliança sofreu uma adaptação nas suas forças com o desenvolvimento do conceito NRF de modo a dar resposta ao ambiente estratégico em que se enquadrava. Torna-se necessário fazer uma breve descrição do

³Para Portas (2002) os eventos de 11 de setembro são um brutal despertar sobre uma nova ordem que representa um conjunto de novas ameaças e desafios para todos. (Tradução Livre)

percurso das forças de reação rápida da OTAN para perceber de que forma e em que contexto surgem as NRF para de seguida abordarmos as NRF em relação a Portugal.

Segundo Palmer (2009) as forças de reação rápida da OTAN remontam a 1960, período da Guerra Fria, em que foi criada a *Allied Mobile Force*⁴ (AMF) aquartelada em Heidelberg, Alemanha. Era uma força projetável, de alta prontidão, multinacional e com capacidade de resposta. Tais características demonstram que a OTAN já previa operações executadas a uma distância considerável da Europa e principalmente da América do Norte. As forças de reação rápida e os planos de reforço na Europa operacionalizavam o lema de defesa coletiva da Aliança: “Um por Todos e Todos por Um” (Palmer, 2009, n.d.). O conceito desta força de reação rápida permaneceu ativo de 1960 a 2002. Considerou-se a expansão da AMF de Brigada para Divisão no entanto o reforço, no seio do território europeu, não se justificava mais visto que com o fim da Guerra Fria a reação a crises⁵ situava-se para além da região do tratado, como por exemplo, nos Balcãs. Surgem dois novos modelos de força uma vez que antes de ser adaptada a AMF e a *Allied Rapid Reaction Corps*⁶ (ARRC) foram transformadas como *Immediate Reaction Forces* (IRF) e *Rapid Reaction Forces* (RRF). Com a Guerra do Golfo, em 1991, a Aliança sofreu uma nova adaptação, visto que as operações eram expedicionárias. A reação rápida passou a ser especialização da Aliança, uma vez que foi adotado o conceito de *High Readiness Forces* (HRF) e *Forces of Lower Readiness* (FLR). No entanto ainda não estava adquirida a capacidade unificadora das forças, isto porque as formações marítimas eram focos isolados do conjunto da força. Assim, surge um conceito de mobilização inovador, a NRF, através de um esquema de rotação de forças, cíclico e sob um único comando.

Constatamos que o conceito de NRF surge num período em que os atentados terroristas⁷ de 11 de Setembro⁸ tinham decorrido há cerca de um ano, a guerra no Afeganistão

⁴Por parte do Supreme Allied Commander Europe (SACEUR) ver Apêndice 1, o General Lauris Norstad, propôs a criação de uma força móvel e rapidamente projetável para dissuadir a intimidação, a coerção ou a agressão das nações aliadas localizadas nos flancos norte e sul do Allied Command Europe (ACE) ver Apêndice 1. (Palmer, 2009)

⁵“Quando se verifica uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais atores da cena internacional com alta probabilidade de emprego da força (no sentido de haver perigo de guerra), encontramos-nos perante uma crise internacional” (J. A. L. dos Santos, 1982, p.101)

⁶Força de entrada inicial nos teatros de operações da Bósnia e Herzegovina, em 1995, e no Kosovo em 1999. Eram forças constituídas essencialmente pela contribuição de forças do Reino Unido. (Palmer, 2009)

⁷“(…) a utilização ilegal da força ou da violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos (...)” Retirado: Fevereiro, 20, de 2013, de [Http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm).

⁸“Como afirmou (...), Philip Gordon, o 11 de setembro não exigiu nenhuma mudança radical na missão ou objetivo da aliança, mas implicou uma nova ênfase e uma rápida aceleração de um processo de adaptação que já estava em curso” (Freire, 2005b, p.160).

tinha iniciado em Março de 2002 e estava iminente mais uma guerra no Iraque, o que se veio a verificar, em Março de 2003, com a invasão deste país pelos Estados Unidos da América (EUA). Se na Aliança não fosse restabelecida “uma capacidade militar credível, à luz dos mais relevantes desafios de segurança e defesa, seria grande o risco de, a curto prazo, se tornar apenas num fórum político sem relevância internacional por falta de instrumentos para concretizar as suas políticas.” (Rodrigues, 2003, p.1)

Segundo Rynning (2005a) a NRF serve inicialmente dois compromissos: primeiro, devia tornar-se uma força expedicionária de alta prontidão para o combate. Na Cimeira de Praga⁹ definiu-se que “a NRF consiste numa força tecnologicamente avançada, flexível, destacável, interoperável e auto sustentável, inclui terra, mar e ar, sendo que todos os elementos estarão prontos para mover-se rapidamente para onde for necessário, assim que decidido pelo conselho” (p.6). Em segundo lugar, serve o compromisso que a OTAN tem com o plano de transformação¹⁰ militar para fazer fase a mudanças bruscas do ambiente estratégico.

Para além de garantir a segurança e defesa das Nações, no caso de ser empregue, a NRF servia para promover uma transformação militar, alcançada através da implementação do conceito, constituição do plano de treino e sua execução, a certificação da força e, por último, a aquisição de conhecimento através das sucessivas rotações.

A experiência adquirida ao longo das rotações sucessivas tem demonstrado que o conceito da NRF é viável e que a dinâmica transformacional oferecida pela criação da NRF está a ter repercussões profundas e abrangentes nas instituições militares por toda a Aliança.

É verdade que o défice constante de capacidades fundamentais da NRF, em particular de capacidades operacionais (...), para além do fracasso constante do seu preenchimento de rotação em rotação, levantou questões acerca da sua eficácia operacional e da sua viabilidade a longo prazo. (Palmer, 2009, n.d.)

⁹“A conferência de Praga é talvez o mais marcante ponto de adaptação da OTAN ao novo ambiente de segurança” (Freire, 2005b, p.160)

¹⁰“Uma transformação tem a ver com uma mudança sustentada e propositada com o objetivo estratégico de manter uma vantagem competitiva estratégica (...). Uma transformação no âmbito das forças armadas tem a ver com uma mudança militar” (Freire, 2005a, p.140)

O autor anterior considera o conceito de NRF inovador, no entanto na prática, o conceito exigia o envolvimento por parte dos membros da Aliança para alcançar a operacionalidade necessária através do treino e da utilização de equipamentos, bem como o preenchimento dos quadros de pessoal de modo a obter uma força coesa, completa e sem lacunas. São estes os parâmetros que nos propomos a estudar e a verificar que influência incutem no produto operacional das forças do Exército Português.

2.2. O caso do Exército Português

Em Portugal, segundo Freire (2005b), na componente terrestre do Exército Português em relação às NRF, constatamos que “ (...) os recursos (Humanos, materiais e financeiros) do país são parcos e o aprontamento e sustentação de forças desta natureza representam um esforço financeiro e humano elevado”. (p.189) Deste modo resta-nos verificar na componente terrestre, mesmo com a falta de recursos, se com os sucessivos empenhamentos nas NRF, existe uma dinâmica transformacional em termos de operacionalidade, equipamento e organização da força na instituição, proveniente da implementação da NRF, uma vez que é a partir destas vertentes que é colocada em causa a eficácia operacional e viabilidade a longo prazo da NRF, como afirmou anteriormente Palmer (2009). Em termos de participação nas NRF, desde 2003, o Exército Português desenvolveu “o aprontamento e sustentação de 12 unidades para integrarem a componente terrestre da NRF, envolvendo um efetivo total de 3418 militares, (...) devidamente equipados e treinados para o emprego em missões de largo espetro” (Ramalho, 2009, p. 68), estando de seguida descrito todas as NRF em que Portugal participou.

Quadro 2 - Participação do Exército em NRF

NRF	Período	JFC	Participação do Exército	Efetivo	Stand-By
2	1º/2004	JFC Brunssum	Task Group Operações Especiais (OpEsp)	50	JAN04-JUL04
3	2º/2004	JFC Naples	Companhia Reconhecimento Longo Raio Ação (LRA)	50	JUL04-JAN05
4	1º/2005	JFC Naples	Companhia Reconhecimento LRA	51	JAN05-JUL05

Continuação do Quadro 2

5	2º/2005	JFC Lisbon	Agrupamento Mecanizado	697	JUL05-JAN06
6	1º/2006	JFC Lisbon	1º Batalhão Infantaria Para-quedista	636	JAN06-JUL06
7	2º/2006	JFC Brussum	Task Group OpEsp	75	JUL06-JAN07
8	1º/2007	JFC Brussum	Task Group OpEsp	75	JAN07-JUL07
9	2º/2007	JFC Naples	Companhia Polícia Exército	80	JUL07-JAN08
10	1º/2008	JFC Naples	Companhia Reconhecimento LRA	50	JAN08-JUL08
11	2º/2008	JFC Lisbon	Companhia de reconhecimento da Brigada de Intervenção	140	JUL08-JAN09
12	1º/2008	JFC Lisbon	Agrupamento Mecanizado	697	JAN09-JUL09
13	2º/2009	JFC Lisbon	2º Batalhão Infantaria Para-quedista	687	JUL09-JAN10
14	1º/2010	JFC Lisbon	Batalhão Artilharia Campanha	130	JAN10-JUL10

Fonte: Ramalho 2009

Como verificamos com o quadro anterior, existem quatro NRF, em que Portugal teve uma maior participação em termos de efetivos, nomeadamente as NRF 5, 6, 12 e 13. Das quatro NRF, duas são as estudadas neste trabalho de modo a verificar as consequências implementadas. Deste modo, nos sucessivos aprontamentos decorre a NRF 5, implementada no segundo semestre de 2005 e a NRF 13, no segundo semestre de 2009. Ambas as forças em análise estiveram sob o comando do Joint Force Command Lisbon (JFCL¹¹). A NRF 5 teve na componente terrestre um agrupamento mecanizado, em que a maioria pertencia ao 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (BIMec¹²), enquanto a NRF 13 foi um aprontamento do 2º Batalhão Infantaria Para-quedista (BIPara¹³).

¹¹É um dos três comandos operacionais da OTAN que funcionou para um conjunto de seis NRF como Quartel-general (QG). Sendo os outros dois, o Allied Joint Force Command Brunssum, na Holanda e o Allied Joint Force Command Naples, em Itália. Ver Apêndice 1

¹²“(…) São sistemas de manobra que são caracterizados por forças que combinam o movimento e o poder de fogo, através dos quais pretendem alcançar uma posição vantajosa sobre o adversário, e conseguir, desta forma, o cumprimento da missão atribuída. São unidades de combate pesadas, blindadas e com elevado poder de mobilidade.” (Magalhães & Ribeiro, 2013, p.87)

¹³“(…) São forças de infantaria ligeira que estão preparadas para realizarem as operações convencionais que apresentam um elevado estado de prontidão e grande capacidade de projeção. Caracterizam-se pela projeção de potencial de combate, rapidez na ação, flexibilidade e a possibilidade de inserção através de salto de paraquedas.” (Magalhães & Ribeiro, 2013, p.88)

As capacidades¹⁴ existentes nos dois Batalhões de Infantaria do Sistema de Forças Nacional (SFN) conforme está em Apêndice B, apenas diferem na proteção e mobilidade, e na execução de fogos diretos e indiretos em movimento montado ou apeado para garantir concentração de fogos de modo a empenhar as forças inimigas. Ambas as forças apresentam um conjunto de capacidades semelhantes, residindo a sua diferença na tipologia de forças que a OTAN requeria como requisito para implementar a NRF. No caso da NRF 5 era requerido um Agrupamento Mecanizado com um efetivo de cerca de 700 militares enquanto na NRF 13 era requerido um BIPara igualmente com um efetivo de cerca de 700 militares. O agrupamento mecanizado é uma força de equipamento mais pesado com viaturas táticas blindadas de lagartas médias e pesadas, com grande poder de fogo e capacidade de manobra, é um sistema de forças que combina o fogo e movimento. Enquanto o BIPara é uma força mais ligeira de infantaria com viaturas de rodas, com maior apetência para atuar de forma independente até ao nível de secção derivado da sua capacidade de projeção e estado de prontidão, sendo uma força flexível e rápida na ação do Objetivo.

2.3. Conceito e estrutura geral de NATO Response Force

O conceito NRF foi oficialmente adotado pelos chefes de Estado e de governo dos países membros da OTAN, em Novembro de 2002, na cimeira de Praga, com o objetivo de alcançar a Full Operational Capability¹⁵ (FOC) de atuação em Outubro de 2006. No Military Concept (MC) 477 (2003), documento original da criação do conceito NRF, estavam definidos os aspetos principais da NRF, tais como as suas missões, responsabilidades, estruturas e mecanismos associados, que constituíam os seus fundamentos. Este documento estabelecia que a NRF deveria gerar um conjunto de forças coerente, coeso, treinado e certificado. Servindo de enquadramento tático e estrutural da força, conforme demonstra o Anexo A, a implementação da NRF era feita segundo um pacote de forças nas suas respetivas componentes e características que estavam padronizadas no Allied Command Operations¹⁶

¹⁴“Diz respeito ao que as Forças Armadas devem assegurar, isto é, aquilo para que devem estar prontas a executar. Pressupõe a associação integrada de três componentes distintas: os meios, a sua organização em função de um determinado propósito específico e a vontade política da sua utilização quando necessário” (Freire, 2005b, p.146)

¹⁵A realização plena da capacidade de empregar de forma eficaz uma arma, elemento, equipamento ou um sistema de características específicas. Neste caso o conceito NRF, que é acionado e operado por uma unidade militar ou força. Retirado: Fevereiro, 25, de 2013, de <http://www.expertglossary.com/defense/definition/full-operational-capability-foc>.

¹⁶O ACO é um dos dois comandos estratégicos da estrutura de comando da OTAN. Sendo responsável por todas as operações da Aliança. Retirado: 19, Março, 2013, de http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52091.htm.

(ACO) da OTAN, de modo a ser interoperável com outras forças e segundo uma série de critérios e requisitos detalhados ao nível da organização. Segundo os requisitos para alcançar a FOC, era crucial cumprir as seguintes datas-limite:

Quadro 3 - Prazos para adquirir a FOC

Consideração do plano de implementação detalhado	Maio de 2003
Aprovação das normas, procedimentos e Combined Joint Statement of Requirements (CJSOR)	Setembro de 2003
Initial Operational Capability (IOC)	Outubro de 2004
FOC NRF Generation Conference update	Abril de 2005
FOC	Outubro de 2006

Fonte: MC 477

Em termos de capacidades o conceito de NRF englobava três termos necessários à prossecução dos seus objetivos, nomeadamente “*usability*, pretendendo englobar capacidade de intervenção no exterior - *deployability*¹⁷, e a capacidade de sustentação, *sustainability*” (Rodrigues, 2003, n.d.). O conceito servia de mobilizador das capacidades de mudanças nas FFAA dos membros da OTAN, para melhor responderem aos novos desafios. Perante as novas doutrinas de emprego de forças e as sucessivas rotações de unidades, a disseminação dos ensinamentos e experiências adquiridas seriam alcançados. (Rodrigues, 2003)

A NRF apresentava as componentes, terrestre, aérea e marítima. “A componente terrestre para a NRF deverá conter uma estrutura suficiente para permitir a implementação de uma força de tamanho Brigada. Devendo conter uma combinação adequada de forças de combate, bem como o apoio de combate e o apoio de serviços.” (MC 477, 2003, p.10, Tradução Livre). Incluía também um conjunto de funções especialistas, essencialmente constituída por “uma força de operações especiais que se pode constituir numa componente à parte ou integrar a estrutura de qualquer uma das outras três componentes” (Freire, 2005b, p.197).

¹⁷Posicionar forças prontas para o combate, nas linhas da frente. Trazer forças ou materiais para a ação. Distribuir forças sistematicamente ou estrategicamente. Retirado: Fevereiro, 16, 2013, de <http://www.thefreedictionary.com/deployability>.

A NRF consiste num “conceito de “unidade” que se forma ciclicamente, por geração de forças. Por isso representa já o produto final de todo o processo de geração de forças” (Freire, 2005b, p.144). As forças que inicialmente constituíam a NRF, treinavam conjuntamente por um período de seis meses e de seguida entravam num período de seis¹⁸ meses de *Stand By*, posteriormente eram substituídas por outras forças ou entravam num ciclo de regeneração, estando descrito na figura seguinte o exemplo de uma rotação implementada.

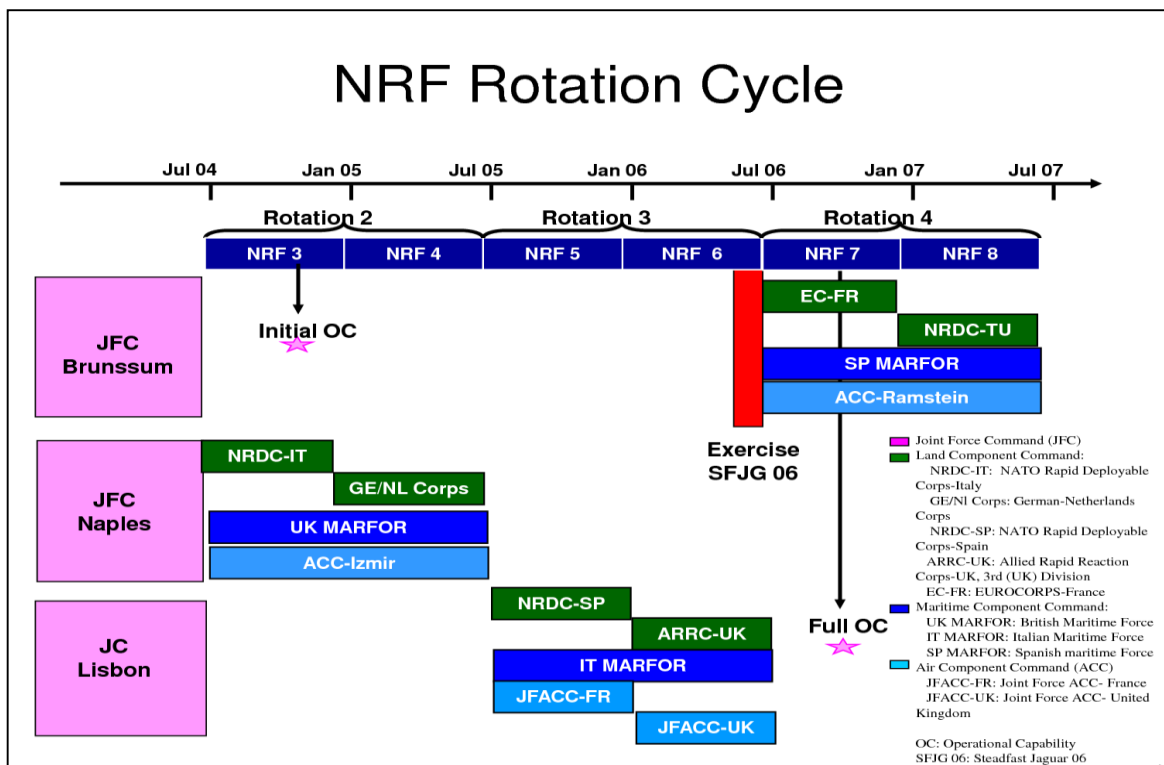


Figura 2 - Ciclo de Rotação da NRF
Fonte: NRF Live

Para Ramalho (2009) o propósito da NRF seria providenciar uma resposta rápida no âmbito de missões da OTAN e consistia numa força conjunta, multinacional, altamente treinada, que atuava sob um estado de prontidão máximo num conjunto alargado de missões,

¹⁸“O período de *Stand By* da NRF é de seis meses, antecedidos de seis meses de treino específico e testes de certificação das forças integrantes; está a ser considerada, pela OTAN, uma possível evolução para 12 meses de *Stand By*, para as forças integradas na Componente Terrestre, com vista a reduzir o volume de efetivos atribuídos anualmente à NRF.” (Batista, 2009, n.d.) A NRF começou a ficar por um período de 12 meses em *Stand By* a partir de 2012.

ou ainda integrava forças de maiores dimensões, onde e quando necessário. Essencialmente era constituída por cerca de 25.000 militares sendo geralmente a componente terrestre aquela que incorporava o maior contingente, cerca de 9.500 efetivos, com equipamento tecnologicamente avançado, capaz de ser projetada pela Aliança. Apresentava as seguintes características essenciais: Flexibilidade, Interoperabilidade, e Sustentabilidade até 30 dias ou um período mais extenso se logisticamente apoiada. Com a possibilidade de funcionar como força isolada, e com capacidade de resposta rápida a uma ameaça, podia atuar como Força em defesa coletiva, Gestão de crises, Força de estabilização, *Initial Entry Force*¹⁹, Evacuações, Gestão de catástrofes, e Contra terrorismo. O quadro seguinte demonstra o espectro de operações em que a NRF podia atuar segundo o MC 477:

Quadro 4 - Operações da NRF

➤ Atribuição como <i>Stand Alone Force</i> para resposta a crises tais como:	
-Operações de evacuação de não combatentes	✓
-Apoio na gestão de crises humanitárias	✓
-Operações de resposta a crises, incluindo manutenção de paz	✓
-Operações de embargo	✓
➤ Projetada como <i>Initial Entry force</i>	✓
➤ Demonstração de força	✓

Fonte: MC 477

Contatamos que a partir do seu conceito a NRF podia contribuir para o desenvolvimento da Aliança OTAN, tornando a organização mais forte e eficaz em termos militares para cumprir uma série de missões. Verificamos que o conceito de NRF predispunha a natureza do produto operacional da força para ser empregue em molde de projeção para um TO no exterior da área de responsabilidade da OTAN. Obrigava a uma agilidade mental e pro-atividade das forças, suscitando uma dinâmica por parte da força para

¹⁹“Após a Cimeira de Riga, foi efetuada uma avaliação sobre esta tipologia de missões, sendo considerado que o emprego da NRF como *Initial Entry Force* seria pouco provável, em virtude de se considerar que, para este tipo de missão, a força deverá ser especificamente, preparada, estruturada e treinada, não sendo tal exigência compaginável com uma força baseada em contributos de diferentes países, mantida e treinada em locais diferenciados. Decidiu-se, assim, retirar esta missão do quadro de missões passíveis de serem atribuíveis à NRF.” (Batista, 2009, n.d.)

estar preparada para num TO responder a uma missão do âmbito da OTAN. Partindo do estudo do conceito inicial de NRF, vamos de seguida abordar a evolução do conceito NRF, implementado a partir da NRF 13.

2.4. Evolução do conceito NATO Response Force

O conceito de NRF sofreu alterações, perante a impossibilidade dos países deterem forças disponíveis de cumprir na prática com o conceito inicial de NRF previsto no MC 477 de 10 de Abril de 2003. Surgiu também uma adaptação do conceito de emprego das NRF, decorrente das profundas alterações ao contexto estratégico internacional. O novo conceito para a NRF foi aprovado na cimeira de Ministros da Defesa de 12 Junho 2009, em Bruxelas, período em que já decorria a NRF 13. O novo conceito manteve inalteradas as premissas iniciais que levaram à criação da NRF, assim como o objetivo da Aliança de continuar a dispor de uma força com elevada prontidão e tecnologicamente avançada, constituída pela componente terrestre, aérea e naval, capaz de ser projetada, rapidamente, onde necessário. (EME, 2009a)

O novo conceito foi delineado e concebido no MC 586 (2009) na qual o ciclo da NRF passou a durar de 24 a 30 meses apresentando as seguintes fases:

- Aprontamento nacional, com duração de 6 a 12 meses;
- Preparação conjunta e combinada, com duração de 6 meses;
- Período *Stand By*, com duração de 12 meses;

Constatamos que a aplicação do novo conceito foi após a NRF 13, sendo assim comprovamos que nas duas NRF, âmbito de estudo, foi aplicado o conceito original de NRF emanado do MC 477. O conceito original foi alterado porque o período do ciclo NRF teve de ser adaptado, uma vez que no conceito anterior os países membros tinham grandes dificuldades em implementá-los visto que eram mais curtos obrigando à existência de um maior número de ciclos anualmente, os custos eram mais elevados, impunha uma maior capacidade de disposição de quadros de efetivos para completar a força, e mais esforços na capacidade de prontidão através do treino operacional.

2.5. Estudo da participação do Exército Português nas NATO Response Force 5 e 13

Para o estudo de ambas as NRF, construímos um modelo de observação assente na estrutura do articulado do plano de Operações²⁰, cuja finalidade é apresentar, toda a componente estruturante da NRF e os seus parâmetros de atuação. Deste modo o leitor poderá consultar o Apêndice C e encontrar os requisitos, conforme se apresentavam nas diretivas de aprontamento das NRF. Para a investigação verificamos o seguinte:

A importância referida, no âmbito do treino operacional, dos quadros de preenchimento de pessoal na organização da força, e do seu equipamento, tinham de estar a 95% da sua capacidade. A organização e articulação das forças eram as seguintes:

Quadro 5 - Composição e articulação das forças

NRF 5	NRF 13
<ul style="list-style-type: none"> • Comando e Seção de Comando • Companhia de comando e Serviços • Companhia de Atiradores (x2) • Esquadrão de Carros de Combate • Companhia de apoio de combate 	<ul style="list-style-type: none"> • Comando e Seção de Comando • Companhia de comando e apoio • Companhia de Paraquedistas (x3) • Destacamento de apoio

O treino operacional era orientado para o tipo de missões a cumprir e para as características dos TO onde a força podia vir a ser empenhada. No caso da NRF 5, no quadro de missões, estava a missão de *Initial entry force* enquanto na NRF 13 não existia esta atribuição. O comando da força era exercido com particular atenção sobre as atividades de treino de aperfeiçoamento operacional e formação individual, planeamento para cumprir missões, no interior e exterior da área de responsabilidade da OTAN. Existia como requisito obrigatório, a certificação nacional e certificação OTAN, por forma a credibilizar um possível empenhamento no quadro de missões incumbidas à NRF. Os encargos assumidos com a implementação, certificação, e possível projeção para TO das forças, eram da

²⁰Esta ideia é uma adaptação da metodologia usada num artigo escrito pelo Tenente Coronel Miguel Freire, intitulado “O catálogo de forças de Helsínquia. Participação Nacional. Compatibilização com o conceito NRF/NATO”

responsabilidade Nacional. Das implementações das NRF decorriam características como: Capacidade de projeção, adaptabilidade, prontidão, flexibilidade, sustentação. Que se enquadram com o conceito inicial de NRF abordado anteriormente. No que concerne ao período de *Stand By* para 12 meses, a NRF 13, não foi abrangida por esta solução, que tinha em vista a redução do volume de empenhamentos atribuídos anualmente.

De seguida são apresentadas as componentes de organização da força NRF, o equipamento das forças, o treino operacional e o contributo da NRF para a FND.

2.5.1. Vertente organizacional da força NATO Response Force

O enquadramento organizacional das forças analisadas parte do artigo 6º da Lei Orgânica das FFAA, onde firma que a organização das forças rege-se por princípios de eficácia e racionalização, devendo garantir a melhoria entre a componente operacional do sistema de forças e a sua componente fixa ou territorial.

Na sua definição Organização é a “preparação, planeamento, ordenação, estrutura, constituição, composição, instituição, corporação, relação de coordenação e coerência entre os diversos elementos que formam um todo” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2012, p.566). O estudo da organização é vocacionado para a vertente de estrutura e composição das forças do Exército conforme está na Lei Orgânica do Exército (LOE) e nas alterações de recursos humanos com a implementação da NRF. Na referida lei averiguámos a necessidade “fundamental da existência de um Exército moderno, adaptado e adaptável às alterações do ambiente político, estratégico e operacional contemporâneo, atento à evolução científica e tecnológica (...). Um Exército em consonância com os recursos humanos e económicos do País, versátil e disponível.” (LOE, 2006, n.d.)

Na LOE, artigo 24º nº 2 reside a componente operacional materializada na Força Operacional Permanente do Exército (FOPE) em que assinala como “grandes unidades²¹ a Brigada Mecanizada²² (BrigMec), a Brigada de Intervenção e a Brigada de Reação Rápida” (BrigRR).

²¹As grandes unidades são escalões de forças que integram unidades operacionais, dispendo de uma organização equilibrada de elementos de comando, de manobra e de apoio que lhes permitem efetuar o treino operacional e conduzir operações independentes. (LOE, 2006, artigo 24 nº1)

²²Apesar da Brigada Mecanizada na NRF 5 ainda assumir a denominação de Brigada Mecanizada Independente da Lei Orgânica do Exército Português do Decreto-Lei n.º 50/93, de 26 de Fevereiro. Com a implementação da LOE de 2006 a única alteração na BMI foi a sua denominação para Brigada Mecanizada.

Na BrigMec insere-se o 1ºBIMec e na BrigRR o 2ºBIPara. A estrutura e composição das forças do 1ºBIMec e 2ºBIPara estão definidos em quadro orgânico, pretendendo-se efetuar uma análise dos quadros orgânicos das unidades e verificar se efetivamente existiram alterações na organização das forças com a NRF.

2.5.2. Componente de Equipamento

O *Joint Publication (JP) 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, das FFAA dos EUA, define Equipamento como “todos os itens imprescindíveis e necessários para equipar um indivíduo ou organização” (JP 1-02, 2010, p.101)

A operacionalização da variável Equipamento prende-se com a abordagem e análise, das alterações do equipamento²³ das forças, com a NRF, e identificar se existem necessidades de materiais fulcrais para a prontidão e sucesso de uma NRF, uma vez que segundo o MC 477 (2003) “É imperativo que a NRF tenha as capacidades, padrões e equipamentos para alcançar os resultados pretendidos com a máxima eficácia e risco mínimo para os aliados e não combatentes” (p.9, Tradução Livre).

Pretendemos averiguar se existe a introdução de novas tecnologias em termos de equipamento, no quadro orgânico da força NRF, que contribuem efetivamente para a mudança militar e que têm uma função determinante na transformação das FFAA, pois para Freire (2005a, 142) “a tecnologia apresenta um papel determinante na forma da mudança militar em contraste com um papel inferior no conservadorismo militar”.

2.5.3. Componente de Treino operacional

Para que exista produto na operacionalidade das forças terrestres Portuguesas terá de existir um processo de transformação²⁴ a partir do treino operacional das forças com o propósito de obter um produto na operacionalidade. A palavra “transformação reflete o

²³Equipamento – “Ato ou efeito de equipar ou de se equipar. [Militar] Conjunto de artigos que a praça precisa para entrar em serviço, fora o fardamento e as armas. Conjunto de meios materiais necessários a determinada atividade” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2012, p.323).

²⁴Transformação - “Ato ou efeito de transformar; metamorfose, Alteração, modificação” (Dicionário da Língua Portuguesa, 2012, p.780). Uma transformação militar tem a ver com uma mudança sustentada e propositada com o objetivo estratégico de manter uma vantagem competitiva estratégica.

léxico usado pelos EUA e que acabou por ser empregue, (...), para as reorganizações ou mudanças processadas ao nível das FFAA dos países que têm os Estados Unidos como referência. Nesta matéria Portugal não foi exceção” (Freire, 2005a, p. 139).

A forma de operacionalizar a transformação, segundo os autores TheoFarrell e Terry Terriff em Freire (2005a), apresenta três formas de concretização, nomeadamente: a inovação, adaptação e emulação.

A inovação implica o desenvolvimento de novas tecnologias, táticas, estratégias e estruturas militares. A adaptação envolve o ajuste de métodos e meios já existentes, mas que num conjunto de ajustes múltiplos pode conduzir à inovação. A emulação envolve a importação de novas formas de fazer a guerra pela imitação de outras organizações militares. (p.142)

O processo de transformação do Exército Português, através da capacidade de adaptação inclui a integração de forças terrestres Portuguesas nas sucessivas NRF, concorrendo para o incremento do produto operacional das forças. A capacidade do treino operacional deriva do conjunto entre a capacidade de intervenção com o pessoal, a sua formação e os equipamentos necessários para o cumprimento da missão. Como Freire (2005a) evidencia, a capacidade, assenta sobre quatro componentes, nomeadamente, as “pessoas”, “processos”, a “organização”, e a “tecnologia”. O método de induzir a transformação no treino operacional da força está relacionado com a componente do “pessoal”, do “treino” e dos objetivos fixados na sua implementação, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 6 - Sistematização do processo de transformação

Fontes	Operacionalização	Implementação	
Normas culturais Política e Estratégia Tecnologia	Inovação Adaptação Emulação	Pessoas	Pessoal, liderança, ensino, treino
		Processos	Doutrina
		Organização	Organização
		Tecnologia	Equipamento e instalações

Fonte: Freire 2005a

O pretendido nesta componente é perceber se existem alterações no treino operacional das forças de escalão batalhão que participaram nas NRF em análise, contribuindo para a transformação do Exército Português, através do incremento do produto operacional. Segundo o MC 477 (2003), o conceito de formação e treino operacional das forças NRF era cíclico e progressivo, sustentado sobre um conjunto de blocos de formação apropriados a todos os níveis. Assim que o estado de prontidão desejado era atingido pelas forças, para o seu período de *Stand By*, este tinha de ser mantido por todo o período enquanto outras forças entravam no processo de formação e treino. Deste modo, iremos tentar perceber se os objetivos fixados e o conteúdo para o treino de pessoal de uma NRF eram diferentes, do treino operacional de uma força de escalão batalhão.

2.5.3.1 O processo de certificação

Segundo as normas e procedimentos para a certificação da força de reação da OTAN (2003) e o sistema de certificação para JFC e forças NRF (2004), num processo de certificação de uma força, o treino, a preparação, a avaliação e a certificação são quatro tarefas essenciais para o sucesso de uma NRF.

Apresenta-se o processo de certificação, uma vez que associado ao treino operacional de uma força NRF está o seu processo de avaliação e certificação como tarefa essencial para o sucesso da mesma. Deste modo, iremos averiguar se os critérios de certificação que estão associados ao treino operacional de uma NRF influenciam o treino operacional da força alterando consequentemente o seu conteúdo.

Além dos mecanismos Combat Readiness Evaluation (CREVAL)²⁵ que já eram aplicados às forças operacionais segundo os padrões OTAN, o conjunto de meios e regras de verificação da prontidão e padrões de certificação das forças NRF que os comandantes dispunham, de forma a garantir a qualidade operacional das forças, eram os seguintes:

- Relatórios de prontidão
- Sistema de relatório de certificação
- Verificação do treino

²⁵Sistema de Avaliação da Prontidão para o Combate

- Realização de exercícios de prontidão e de certificação em todos os escalões
- Responsabilidades de supervisão de comando

Todo o procedimento de avaliação e certificação das forças NRF era implementado através da Inspeção Geral do Exército.

Em relação aos critérios que norteavam o detalhar das normas para definir as capacidades e requisitos militares das forças, estavam identificados nos critérios permanentes e nos critérios evolutivos em que a força tinha de se qualificar. O seu carácter equitativo e mensurável permitia a certificação, sustentação, melhoria da qualidade das capacidades, e níveis de prontidão das NRF.

Segundo o sistema de certificação para JFC e forças NRF (2004) os critérios permanentes apresentavam os seguintes objetivos:

- Normalizar a forma como os três JFC implementam, a longo prazo, o treino, a preparação e o programa de certificação NRF.
- Prescrever normas que não requerem uma revisão periódica, tais como: disponibilidade da força, projeção, efetivos e a prontidão.

Para os critérios evolutivos deveria existir uma abordagem global em relação à doutrina, treino e a sua progressão, organização, evolução do líder e do soldado, educação, modernização do material, tecnologia e instalações necessárias. São áreas funcionais que poderiam contribuir para a modernização e adequação da força.

Constatamos que o processo de certificação contribui para garantir que a implementação do treino operacional nas forças que participam em NRF é feita de maneira a contribuir para a sua qualidade, evolução e capacidade de intervenção com sucesso no âmbito de missões atribuídas pela OTAN.

2.5.4. O contributo das forças NATO Response Force para as Forças Nacionais Destacadas

O quadro legal e normativo nacional onde se situam as responsabilidades internacionais das FFAA, bem como a natureza da sua participação em missões internacionais, está refletido nos seguintes documentos:

-De acordo com a 7ª revisão da Constituição da República Portuguesa, no n.º 5 do Artigo 275º, incumbe às FFAA, “ (...) participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

-A Lei de Defesa Nacional refere no seu artigo 24º, que compete às FFAA “participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, (...)”.

O contexto internacional referido no tema proposto está relacionado com as FND²⁶ que Portugal tem participação, nomeadamente nas Kosovo Forces (KFOR) presentes no TO do Kosovo. “A KFOR deriva do mandato de Resolução 1244 de 10 de Junho de 1999 e do Acordo Técnico-Militar entre a OTAN e a República Federal da Jugoslávia e da Sérvia” (EMGFA, n.d.). A KFOR nasce ao abrigo do Capítulo VII²⁷ da Carta da Organização das Nações Unidas sendo uma operação de imposição de paz, referida geralmente, como uma operação de apoio à paz.

A missão inerente a Portugal era a constituição da reserva tática da KFOR, em que a preparação das forças tem obrigatoriamente de abranger um espectro alargado e complexo de missões, que foram treinados com a NRF. A missão de reserva tática exigiu uma maior capacidade para o cumprimento de tarefas distintas em diversos setores do TO do Kosovo, verificando a necessidade de cumprir com a capacidade de comando e controlo na parte da interoperabilidade da força segundo os critérios de certificação da força NRF.

Depois de definida a variável do contexto internacional enquadrada com as FND do Kosovo e a missão inerente a Portugal, o pretendido na análise do contributo para a constituição de uma FND é a verificação de um conjunto de valências que possivelmente são transferidas da NRF para a FND no Kosovo. Visto que parte das forças das duas NRF que são âmbito de estudo foram depois do período de *Stand By*, constituídas FND para o Kosovo com um curto período de treino orientado para a missão.

Uma vez que “o aprontamento de forças do Exército para a participação em missões internacionais enquadra-se no âmbito do conceito de treino operacional genericamente definido para este ramo das forças armadas, com as condicionantes inerentes à natureza do treino orientado para a missão” (Ramalho, 2009, p. 68), resta-nos verificar se a partir do treino operacional inserido nas NRF que são âmbito da nossa análise, estava a posterior constituição das FND para o Kosovo, já com um treino acumulado a montante de todas as tarefas do largo espectro de operações.

²⁶Uma possível definição de FND será “qualquer unidade militar ou de segurança devidamente organizada, equipada, treinada e enquadrada, à qual é atribuída uma missão adequada à sua natureza, fora do território nacional, por um período limitado de tempo (normalmente seis meses), no âmbito da satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal” [H. J. P. Santos, 2009, (n.d.) citado em Ramalho, 2009, p.66]

²⁷Capítulo VII - Ação em caso de ameaça à paz, rutura da paz e ato de agressão.

Capítulo 3

Metodologia e procedimentos

Nota Introdutória

Ciência consiste em agrupar factos para que leis gerais ou conclusões possam ser tiradas deles.

Charles Darwin

Ao longo do presente capítulo serão apresentadas respostas às seguintes questões metodológicas: Como? Com o quê? Onde? e Quando? que se apresentaram na realização do processo de Investigação. Afiguram-se algumas considerações sobre o método empregue, assim como a caracterização do estudo de caso. Quais as técnicas, procedimentos e meios utilizados, bem como a descrição dos materiais e instrumentos aplicados.

3.1. O método, a técnica, os meios e procedimentos de abordagem ao problema

Numa investigação empírica efetuam-se observações para compreender o fenómeno a estudar. Todas as ciências naturais bem como as ciências sociais têm por base a investigação empírica porque as observações podem ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas. Deste modo alcançamos a investigação aplicada, inserida na investigação empírica, que apresenta como objetivo a descoberta de novos factos “para testar deduções feitas a partir de uma teoria que pode ter aplicações práticas a médio prazo” (Hill & Hill, 2002, p.20)

O método utilizado para toda a investigação centrou-se na formulação de uma questão a partir do conhecimento adquirido, relativo ao tema a investigar, trata-se “ (...) da Arte de bem pensar o objeto e de bem escolher e utilizar os instrumentos tendo em vista a resolução de um problema bem formulado” (J. R. Santos, 2005, Cap. I p.12). Desta forma, a “arte” deste trabalho, centra-se na tentativa de seguir os procedimentos de investigação relativo às ciências sociais²⁸, segundo o método indutivo.

²⁸Que contribui para “compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto de situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, (...)” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.19)

A aplicação do método científico implica a utilização de meios e técnicas²⁹ que são, enquanto instrumento, as seguintes: uma profunda pesquisa bibliográfica e análise documental, bem como a realização de entrevistas. “Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento³⁰, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.25) O procedimento constrói-se na conjugação dos três atos seguintes: rutura, construção e verificação. Para compreender as etapas do procedimento é necessário assimilar que os atos constituem-se mutuamente. Assim, as várias etapas do processo científico estão em permanente interação conforme demonstra o Apêndice D.

A redação de todo o trabalho foi conforme o disposto no Anexo F à NEP 520 de 30 de Junho de 2011, da AM. Nos aspetos em que esta apresenta lacunas ou não está completa, recorreu-se à norma American Psychological Association (APA), baseada no manual de publicação APA, 2010, 6ª Edição.

3.2. Calendarização e local da realização das atividades

A realização de toda a investigação decorreu no estabelecimento da AM. Todas as atividades relacionadas com a investigação foram repartidas por cerca de 10 semanas para a realização do trabalho. A distribuição das tarefas, bem como o tipo de instrumento de recolha de dados³¹ encontra-se plasmado no quadro seguinte, em concordância com os vários momentos da investigação.

²⁹“São processos e instrumentos de recolha e de manipulação das informações sobre a realidade. Enquanto procedimento, as técnicas são conjuntos de operações; Enquanto instrumentos, as técnicas são dispositivos de contato com a realidade: para recolher informação ou para transformá-la” (J. R. Santos, 2005, Cap. I p.11)

³⁰“Um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo. Expôr o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.25)

³¹“Toda a pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. (...) O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.” (J. R. Santos, 2005, Cap. II e III p.20)

Quadro 7 - Plano dos momentos da investigação e instrumentos na recolha de dados

Momento da investigação	Instrumentos de recolha de dados	Período
Fase Inicial da investigação	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental • Pesquisa bibliográfica • Entrevistas Exploratórias 	Maio a Janeiro 2012
Trabalho de campo	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Documental • Entrevistas • Redação 	Fevereiro a Março 2013
Fase Final de Investigação	<ul style="list-style-type: none"> • Redação/ Revisão 	Abril a Julho 2013

3.3. Amostragem: Estudo de caso composição e justificação

O estudo de caso é descrito pelo facto de reunir informações “tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação. É a razão pela qual se socorre de técnicas variadas de recolha de informação (Observação, entrevistas, documentos)” [De Bruyne et al.,1975, (p.211) citado em Lessard-Hébert et al.,1990, p.170.]

O estudo realizado é referente a duas forças. Foram escolhidas forças distintas no tipo, tempo e espaço, para tornar possível validar os critérios que se pretende alcançar com todas as questões formuladas. A escolha das duas forças enunciadas anteriormente foi feita pelo facto de terem cumprido o ciclo NRF-FND no TO do Kosovo. Foram escolhidas forças que integraram a FND no Kosovo, para verificarmos a existência dos contributos das NRF para as FND no teatro. Trata-se do objeto redefinido que se pretende abordar de modo a responder a todas as questões formuladas, alcançando a questão central. A abordagem ao facto é feita a partir da delimitação do estudo. Assim “para explicitar a problemática³² redefine-se o melhor possível o objeto da investigação, precisando o ângulo sob o qual se decide abordá-lo e reformulando a pergunta de partida, de modo que ela se torne a pergunta central da investigação.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.105)

3.4. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados

O início do procedimento é feito com uma pergunta de partida, que para Quivy e Campenhoudt (2005) é a melhor forma de começar um trabalho de investigação desde que

³²A problemática consiste na definição da perspectiva para tratar o enigma da pergunta de partida, consiste em responder à pergunta como vou abordar este fenómeno?

essa pergunta apresente qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência. A observação compreende um conjunto de operações para responder a três questões essenciais:

Observar o quê? Os dados a reunir são aqueles que são úteis à verificação das hipóteses. São determinados pelos indicadores das variáveis.

Observar em quem? Trata-se, depois, de circunscrever o campo das análises empíricas no espaço geográfico e social, bem como no tempo.

Observar como? Esta terceira pergunta incide sobre os instrumentos da observação e a recolha dos dados propriamente dita. (p.206)

Um trabalho de investigação fornece novos conhecimentos do objeto de análise e novos conhecimentos teóricos. O conhecimento será fornecido na procura da resposta à questão central e questões derivadas. Para isso, numa primeira fase, caracterizámos o conceito de NRF enumerámos as NRF em que Portugal participou com forças e que são âmbito do estudo. De seguida, verificámos quais os efeitos produzidos nas forças que participaram nas NRF caso de estudo, em termos de organização, treino, equipamento e operacionalidade pela verificação do seu impacto na FND no TO do Kosovo.

O trabalho teve por base a análise documental, com relevo para os documentos doutrinários nacionais e internacionais e Quadros Orgânicos (QO), bem como de artigos de opinião. O estudo incidiu necessariamente em entrevistas a entidades conhecedoras da temática e entidades que tenham desempenhado funções nas NRF referidas como estudo de caso, trata-se de “conceber o instrumento capaz de fornecer as informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses.” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p.206)

Deste modo a resposta às questões enunciadas anteriormente é feita segundo a recolha de todos os dados que foram extraídos da análise documental e das entrevistas efetuadas às entidades. Por fim, com o cruzamento de dados adquiridos da pesquisa documental e das entrevistas existem condições para apresentar em conclusão a resposta às questões efetuadas. Em Apêndice D na segunda figura está resumido todo o procedimento utilizado e recolha de dados.

3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados

3.5.1. Análise documental

De entre os vários instrumentos de recolha de dados³³ a análise documental para J. R. Santos (2005) é um instrumento de coleta de dados, sendo restrita a documentos escritos ou não, em que pode ser feita no momento em que o facto ou fenómeno ocorre, ou depois. Os documentos oficiais são aqueles que foram mais utilizados na realização do trabalho, pois “constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados” (J. R. Santos, 2005, Cap. II e III p. 22), embora possa acontecer que alguns documentos se encontrem indisponíveis devido ao seu grau de classificação. No presente trabalho foram utilizados os relatórios emitidos pelos organismos da OTAN em relação aos conceitos militares, a legislação e leis, documentos oficiais e diretivas associadas às NRF.

A pesquisa de “fontes bibliográficas primárias” (NEP 520, 2011, p.6) baseou-se em dados, estando restrita a documentos oficiais escritos e legislação, estas podem ser feitas no momento em que o facto ou fenómeno ocorre, ou depois. As fontes secundárias assim apelidadas por J. R. Santos (2005) centraram-se em dados emitidos a partir de livros, jornais, artigos de revistas da especialidade e teses. Ou seja, abrange toda a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo. A finalidade deste tipo de fontes visa colocar o investigador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre o assunto.

3.5.2. Entrevistas

Das três categorias de pessoas que podem ser interlocutores válidos para Quivy & Campenhoudt (2005), foi considerado o público a que a investigação diz diretamente respeito para a realização das entrevistas.

A entrevista consiste numa conversa, com o objetivo de diagnóstico e de estudo, a entrevista utilizada no âmbito da realização do trabalho é de “segundo tipo” em que:

É realizada por um entrevistador tendo em vista algo que interessa a este último mais que ao entrevistado, embora o trabalho possa vir a ter consequências positivas para

³³Observação direta, experimentação, análise documental e de fontes oficiais, procedimentos particulares, entrevistas, questionários escritos.

ele. De certo modo, neste tipo de entrevista, é o entrevistado que “ajuda” o entrevistador no seu trabalho. (J. R. Santos, 2005, Cap. IV e V p. 9)

Com a realização da entrevista, como ilustra o Apêndice E: Guião de Entrevista procurou obter-se resposta³⁴ às questões formuladas durante o processo de investigação. A entrevista implementada foi segundo o modelo semiestruturado, através de um quadro em resumo de respostas preestabelecido por parecer mais adequado ao contexto e tema abordado. (Lessard-Hébert et al., 1990)

Antes de iniciar as entrevistas foi solicitada autorização aos entrevistados para gravar as mesmas, as entrevistas realizadas foram feitas num ambiente informal para os sujeitos se sentirem à vontade e exprimirem livremente as suas opiniões e pontos de vista.

3.5.2.1. Caraterização da Amostra

Na investigação o processo de escolha das entidades pretendido para entrevista, advém do estudo de caso, sendo realizadas entrevistas a oficiais do estado-maior das forças estudadas, uma vez que com a obtenção de informações concretas alcançámos as respostas às questões formuladas. Foi feita a tentativa de entrevistar as mesmas entidades nas duas forças NRF estudadas, no entanto não foi possível condicionando um pouco os resultados obtidos. No caso da NRF 13 não houve 2º Comandante nem oficial de Informações, não se verificando também a possibilidade de entrevistar o oficial de operações, uma vez que não foi obtida uma resposta, apenas se concretizando a entrevista ao Comandante da NRF 13. Deste modo foram realizadas entrevistas a cinco militares, todos diretamente relacionados com as NRF e uma entrevista ao Major General Martins Ribeiro adjunto do Comandante do Comando das Forças Terrestres³⁵ (CFT), como demonstra o quadro seguinte.

³⁴“A entrevista orientada para a resposta caracteriza-se pelo facto de o entrevistador manter o controlo no decurso de todo o processo. Ela é, na maioria das vezes, estruturada ou, pelo menos, semiestruturada e é referenciada a um quadro preestabelecido. Distingue-se da entrevista estruturada no sentido em que esta, visando igualmente a recolha de informação, não considera de modo absoluto a ordem de aparição das informações no desenvolvimento do processo” (Lessard-Hébert et al., 1990, p.162).

³⁵O Comando das Forças Terrestres apronta e providencia a sustentação de uma força daí a mais-valia, da entrevista uma vez que se adquire a percepção de qual a capacidade de projeção e sustentação de uma força NRF.

Quadro 8 - Descrição da amostra das entrevistas

Nº	Posto	Nome	Função	Data	Hora
1	Major General	Martins Ribeiro	Adjunto do Cmdt CFT	20/03/13	14:30
2	Coronel	Mendes Ferrão	Cmdt NRF 5	15/02/13	14:00
3	Tenente-Coronel	Nuno Moreira	Cmdt NRF 13	29/04/13	09:00
4	Tenente-Coronel	Brito Teixeira	2º Cmdt NRF 5	07/02/13	11:00
5	Tenente-Coronel	Almeida Ferreira	Of. Operações NRF 5	19/02/13	11:30
6	Major	Mendes Ferreira	Of. Informações NRF 5	21/02/13	15:00

3.6. Síntese

Na investigação foi adotado um estudo de caso de cariz qualitativo que incidiu sobre entidades que já tinham desempenhado funções na NRF. Durante todo o processo de recolha e análise de dados, tivemos sempre em atenção a resposta às questões derivadas levantadas e a confirmação ou não das hipóteses. A resposta às questões e verificação das hipóteses consegue-se com toda a recolha de dados e nas entrevistas realizadas, para de seguida organizar, analisar e cruzar toda a informação e apresentar as conclusões do trabalho em forma de conhecimento.

Capítulo 4

Apresentação, análise e discussão dos resultados

Nota introdutória

Quanto mais se sua no treino, menos se sangra em guerra.

Provérbio Chinês

Neste capítulo é apresentada a análise dos resultados obtidos no âmbito das componentes abordadas no trabalho. Contendo os resultados da análise documental e das entrevistas elaboradas. Sendo de seguida feita uma breve discussão dos resultados obtidos, acompanhado da validação das hipóteses.

4.1. Apresentação dos resultados da análise documental

A partir da abordagem ao conceito NRF, devemos ter em atenção que com a implementação das mesmas, deve ser considerada a existência de uma força flexível na sua organização. Tem de ser adaptável à tarefa para cumprir todo o espectro de operações incumbidas e permitir uma rápida reorganização para o cumprimento de uma tarefa diferente.

No caso da NRF 5 na fase inicial do treino, a força não apresentava o QO de pessoal completo. Para o seu preenchimento houve a reunião de um conjunto de militares provenientes de várias unidades. A organização da NRF 5 teve por base a estrutura orgânica do 1º BIMec mas apenas com duas companhias de atiradores e a atribuição de um Esquadrão de Carros de Combate (ECC) do Grupo de Carros de Combate (GCC), sendo formado um Agrupamento Mecanizado (AgrMec) conforme demonstra a figura seguinte:

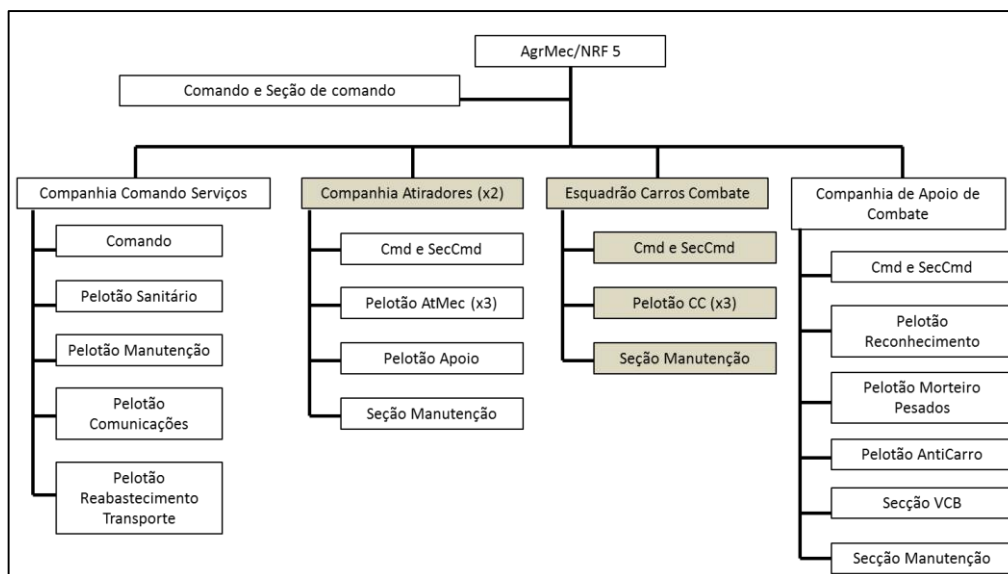


Figura 3 - Organograma do AgrMec/NRF 5

Como podemos verificar para o cumprimento da missão, a NRF 5 organizou-se em Comando, Companhia de Comando e Serviços, duas Companhias de Atiradores, um ECC e a Companhia de Apoio de Combate. Com a figura anterior constatamos a existência de uma adaptação do QO do 1º BIMec, com a atribuição de apenas duas companhias de atiradores e de um ECC proveniente do GCC formando-se um AgrMec com base em armas combinadas, organização *standard* para uma operação. Este agrupamento estava subordinado a um único comando e inserido num escalão de Brigada composto por cinco Unidades de Escalão Batalhão (UEB) da NRF. Na conferência de geração de forças e segundo a diretiva de aprontamento da NRF 5, foi solicitado ao Exército Português na sua estrutura operacional a participação na componente terrestre de um efetivo de 697 elementos e por isso verificou-se no QO da NRF a existência de apenas duas companhias de atiradores, uma vez que era necessário inserir como requisito obrigatório o ECC. Com esta subunidade obtinha-se um agrupamento mecanizado com uma organização flexível e modular com um conjunto de capacidades em permanência, adequada aos requisitos de empenhamento operacional, privilegiando a interoperabilidade dos meios e desejavelmente, com capacidades crescentes de sustentação, proteção da força, comando e controlo, comunicações e informações.

Com a figura seguinte demonstra-se a evolução em termos de recursos humanos durante a implementação da NRF 5, uma vez que os recursos humanos necessários para o cumprimento da tarefa não estavam reunidos logo desde início da implementação da NRF.

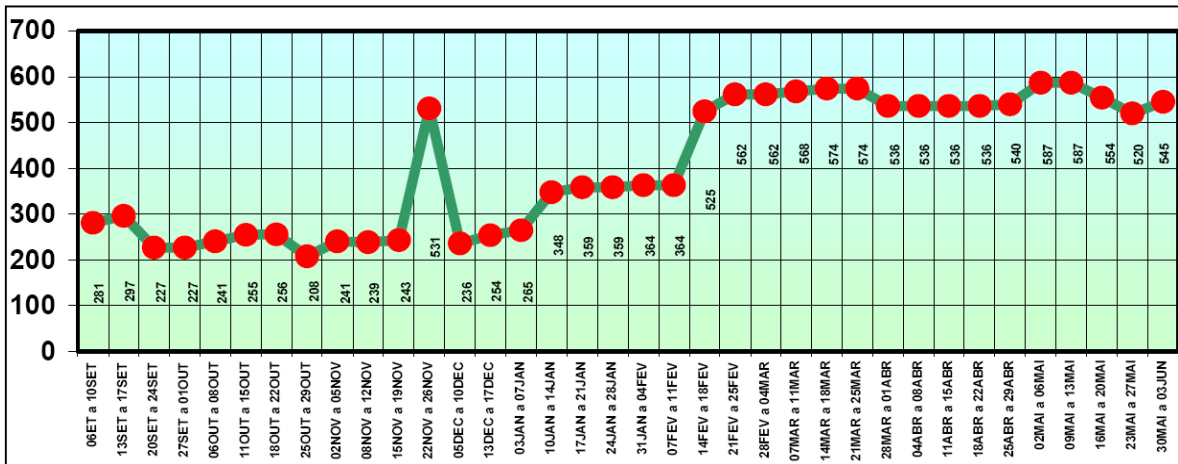


Figura 4 - Evolução do efetivo da NRF 5
Fonte: Reflexões de experiência Feita

A figura anterior confirma que houve efetivamente alteração em termos de efetivos na organização da força que participa na NRF 5, por forma a preencher o respetivo Quadro Orgânico de pessoal (QOP) da força. Em relação à NRF 13, ao contrário da NRF 5 não houve reunião de efetivos uma vez que a sua grande maioria já constituía o QO do 2º BIPara. A força estava organizada segundo o QO conforme demonstra a figura seguinte:

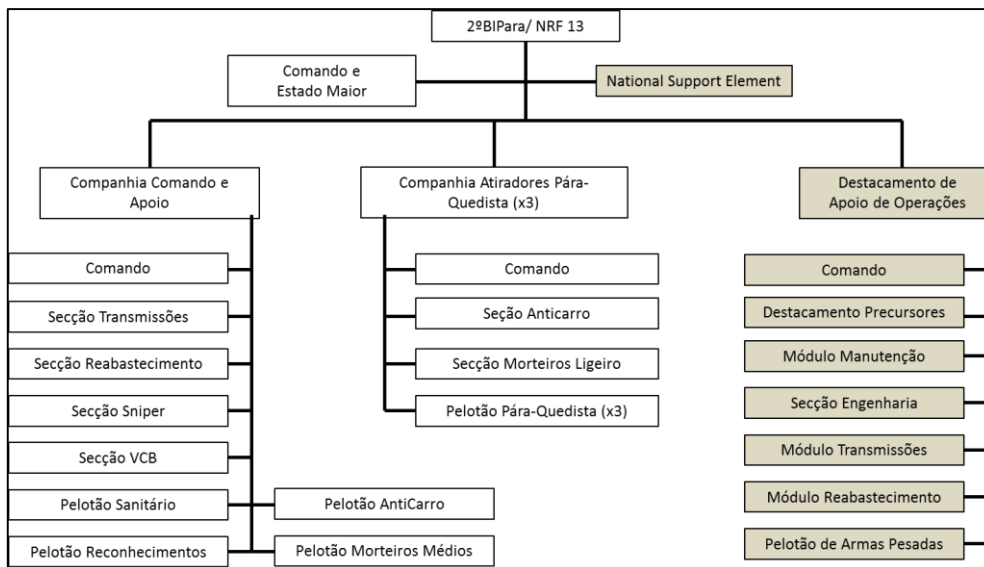


Figura 5 - Organograma do 2º BIPara/NRF 13

Denota-se com a figura anterior a existência de um Destacamento de Apoio, anexado ao QO do 2º BIPara, constatando que para além da NRF 5, na NRF 13 houve a adaptação na organização da força ao QO da unidade aprontadora da NRF. O ajuste foi feito por forma a permitir a execução do apoio nas operações aerotransportadas autonomizando todo o desempenho da força através da capacidade de apoio logístico e incluir na orgânica um pelotão de armas pesadas com metralhadoras pesadas 12,7 e Lança Granadas Automático (LGA) 40mm. Foi também adicionado um National Support Element (NSE) que seria responsável pela parte financeira e contratos relacionados com a sustentação da força que fossem do âmbito nacional, e também responsável pela coordenação de aspetos administrativos da gestão de pessoal.

Para além da adaptação na organização da força nas NRF, também existiram adaptações em termos de equipamentos utilizados, uma vez que na logística e manutenção das forças, foram desencadeados todos os processos para recuperar a operacionalidade dos meios e equipamentos e foram elaboradas requisições para completar o Quadro Orgânico de Material (QOM) dos Batalhões. Em Anexo B, encontramos o material e equipamento necessário decorrente dos critérios permanentes e da capacidade de prontidão das forças para a sua projeção. Em relação ao quadro em anexo existiam efetivamente faltas relacionadas principalmente com o material Nuclear, Biológico e Químico (NBQ), segundo os relatórios do QOM das NRF. Por outro lado houve também faltas nos QO no preenchimento dos meios de visibilidade reduzida, colocando em causa o treino das forças e da sua progressiva operacionalidade, por isso as forças tinham de se adaptar com o material existente, a sua manutenção e possível melhoria, de modo a atingir os patamares exigidos. Verificámos a partir dos relatórios do QOM, que não houve alterações a assinalar, em termos de equipamento com as NRF, mas sim a utilização dos equipamentos, com as adaptações necessárias, do quadro orgânico da unidade que aprontava a NRF. Por outro lado a participação das forças nas FND, uma vez que a Estrutura Orgânica de Material (EOM) é “articulada com o processo de reequipamento do Exército, na medida em que as missões internacionais têm sido, nos anos recentes, o grande motor da dinâmica e do desenvolvimento deste Ramo, com os consequentes investimentos feitos neste âmbito.” (Ramalho, 2009, p.70), apresentam neste caso maior complementaridade de equipamentos empregues do que as NRF.

Relativamente ao treino Operacional os níveis de empenhamento operacional e de participação na modernização e transformação das forças estavam estabelecidos para as NRF da seguinte forma:

-BrigRR: Preservação da sua identidade e capacidades no âmbito das Forças Especiais que permita constituir-se como “*Initial Entry Force*” em TO de grande exigência, a par de se constituir ainda como núcleo fundamental do Exército da Força de Reação Imediata (FRI).

-BrigMec: Manutenção e desenvolvimento da capacidade pesada, com base em meios mecanizados e blindados, que permita a geração de um (...) AgrMec no âmbito da NRF. (Ramalho, 2009, p.73)

Como foi analisado anteriormente em relação ao quadro de missões da NRF, na NRF 13 fruto da fraca possibilidade de a NRF vir a ser empregue, a missão de *Initial entry force* foi retirada do quadro de missões a estar preparado para cumprir.

Para a análise do treino operacional das forças NRF é de seguida descrito o empenhamento nos vários exercícios, de modo a consubstanciar uma resposta concreta na alteração produzida nas forças em termos de treino operacional. Uma vez que associado ao treino operacional está a realização de exercícios em todos os escalões com vista à certificação das forças e verificação dos padrões da capacidade de prontidão. Os exercícios serviam de mecanismo para a verificação da prontidão das forças, do treino operacional, assim como a supervisão da responsabilidade ao nível da capacidade de comando e controlo.

Quadro 9 - Resumo da atividade operacional das NRF

	NRF 5	NRF 13	
Período 01JAN05 a 30JUN05	Treino em Áreas Edificadas	KABUL 081	Período 01JUL08 a 05JAN09
	Exercício de Limpeza de um Edifício	PRISTINA 081	
	DRAGÃO 043	ARES 081	
	FRONTERA 04	APOLO 08	
	ARCO 043	FELINO 1/08	
	DRAGÃO 051	ORION 08	
	DRAGÃO 052	ARES 082	
	CREVAL/NRF 5	CREVAL/NRF 13	
	ROSA BRAVA 051	ESTRELA 09	
	Provas de aptidão física	Fogos reais de Morteiro	
Marchas; Marcos; GAM	ARES 01/09		
Percurso de aplicação Militar	EFICÁCIA		
Técnicas de transposição	MOLIÇO		
Período 01JUL05a 11JAN06	COHESION 05	APOLO 09	Período 01JUL09 a 04JAN10
	KLINA 06	ORION 09	
	Treino aperfeiçoamento Operacional	Atividade Aeroterrestre 08/09	

Legenda:		
 - Certificação Nacional	 - Certificação Internacional	 - Preparação para projeção em operações

As atividades de treino operacional nos vários exercícios foram desenvolvidas tendo em atenção a formação individual, a unidade e o desenvolvimento da iniciativa e da responsabilização do militar. O exigido como necessário para uma força do tipo NRF era o treino de todas as tarefas táticas privilegiando a interligação entre as tarefas executadas com a ocorrência de diferentes missões em simultâneo no mesmo TO, de modo a corresponder às exigências inerentes à categorização de HRF *Force* em *Notice To Move* (NTM) de cinco dias e a eventuais solicitações posteriores que decorriam dos compromissos Internacionais assumidos por Portugal. Garantindo de certa forma que o Treino Operacional das NRF fosse orientado para o tipo de missões a cumprir e para as características dos TO onde este tipo de força possa vir a ser empenhada.

O quadro anterior está essencialmente dividido em três grandes momentos, que na sua essência são as certificações necessárias para obter a operacionalidade, prontidão necessária, comando e controlo e capacidade de projeção da força. Conseguimos deste modo constatar que o treino operacional era feito no âmbito da certificação das forças. Sendo esta a influência com a implementação das NRF para uma força de escalão batalhão, em que tinham de trabalhar em função dos critérios específicos, tais como as capacidades necessárias abordadas detalhadamente no quadro seguinte e o tipo de missões que tinham de estar preparados, para obter as certificações necessárias, aplicando para isso o treino operacional das unidades de escalão batalhão. No caso da NRF 5, fase embrionária da implementação do conceito, constatamos a realização do exercício Cohesion 05 em território internacional neste caso no campo militar de S. Gregório em Saragoça, Espanha para obter a certificação internacional. Houve efetivamente para a realização do exercício “a projeção de 300 militares, 35 viaturas de lagartas, 30 de rodas e 5 contentores, por via ferroviária. Parte do ECC foi transportado por via rodoviária até à fronteira e depois a partir de Badajoz em plataforma ferroviária.” (Esteves, 2006, p.127) Denote-se que no caso da NRF 5 ao contrário da NRF 13, a atribuição da missão de *Initial entry force* era válida e considerada como necessária. Só após a cimeira de Riga é que foi retirada essa missão do quadro de missões a cumprir pela NRF, incidindo este facto na implementação da NRF 13. Quanto à NRF 13, já numa fase final de implementação do conceito inicial de NRF, constatamos, fruto das alterações no ambiente estratégico, reduzida probabilidade de emprego da NRF e falta de capacidade em termos financeiros para uma possível projeção da força, a existência de uma fase de certificação internacional mais dispersa e implementada em território nacional.

Os objetivos fixados ao treino operacional de uma força NRF visam o treino das tarefas táticas do tipo de missões e intensidade dos conflitos em que as forças podem ser

empenhadas, e apresentam em relação ao treino operacional de uma força de escalão batalhão, o facto de terem de se certificar ao nível internacional e demonstrar através dos níveis de prontidão, com a realização de exercícios, que preenchem os critérios exigidos pela OTAN, que são de seguida abordados.

Para a constituição de uma NRF é necessário elaborar um plano de treino operacional que permite atingir os níveis de confirmação fixados através dos critérios permanentes de certificação da força conforme está descrito seguidamente:

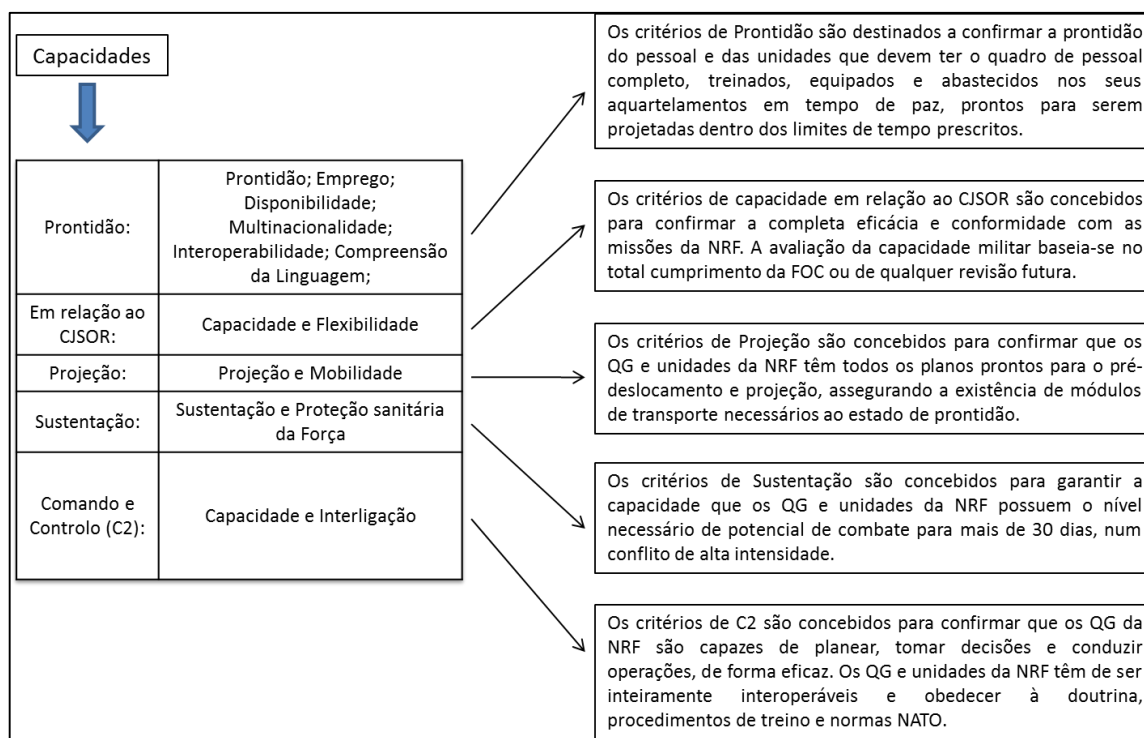


Figura 6 - Critérios de certificação da Força

Os critérios de certificação da força contribuem para a eficácia no seu treino operacional, uma vez que têm obrigatoriamente de ser alcançados, com vista à obtenção da certificação. Sendo esta uma característica essencial para obter a eficácia no treino operacional, uma vez que se não existissem critérios fixados possivelmente o treino não seria tão exigente e eficaz. A validação dos critérios permanentes e evolutivos da força servem de requisito com a implementação da NRF, constatando, acompanhado da eficácia do treino operacional, a existência de um incremento do produto na operacionalidade das forças com o facto de estas, se certificarem com as sucessivas NRF implementadas.

Em termos de contributo das forças NRF para a constituição de uma FND, apresentamos o facto de o aprontamento das forças já estar inserido no plano de aprontamento da NRF. Houve aprontamento de forças para o Kosovo mas mais reduzido, com menos tiro, uma vez que as tabelas de tiro já tinham sido efetuadas e o nivelamento também estava feito, assim como o treino convencional, ou seja, a FND estava inserida num ciclo NRF-FND. A missão de reserva num ambiente multinacional implicava um treino adicional, onde os meios, a doutrina e a organização das forças podiam variar da NRF, sendo este o ajuste que as FND tiveram de aplicar. Deste modo para a FND houve um acerto de um efetivo de cerca de 700 militares das NRF para constituir as FND com 300 militares todos provenientes das NRF. Em termos de equipamentos apenas se verificou diferenças no caso da NRF 5 em que se passou da utilização de equipamentos blindados médios e pesados para equipamentos ligeiros em relação às viaturas. Em parte o contributo da NRF para a constituição de uma FND deriva essencialmente do desenho do treino operacional que a força já detinha, sendo depois determinado mais especificamente o tempo disponível para o aprontamento, a natureza da missão, tipo de ameaças mais prováveis, características da área de operações e a natureza das forças em presença. A KFOR apresentava “como missão genérica assegurar um ambiente seguro e estável no país (Pinto, 2009, p. 45), ou seja, apresentava um conjunto de procedimentos, técnicas e táticas que são empregues num ambiente de baixa intensidade “estando especialmente preparado para operações de controlo de tumultos. Tendo como área de atuação todo o território do Kosovo” (Pinto, 2009, p. 45). Uma vez que as tarefas táticas do conflito de baixa intensidade tinham sido treinadas no aprontamento da NRF, como é o caso do treino de intervenções reais em situação de escalada de violência, apenas se teve de treinar a tarefa específica de controlo de tumultos, inserido na tipologia de missões de baixa intensidade.

4.2. Apresentação dos resultados das Entrevistas

As entrevistas realizadas representam uma amostra que serviu de construção do quadro em Apêndice F com o resumo das respostas dos oficiais que pertenceram às NRF alvo de estudo, para conseguir com as informações adquiridas alcançar os fatores que se procura realçar no presente subcapítulo. As entrevistas servem de meio para obter uma resposta plausível a todas as questões e hipóteses delineadas durante a investigação. Deste

modo é feita de seguida a apresentação e análise das entrevistas seguindo uma ordem sequencial conforme o plasmado no guião de entrevista e a observação das respostas fornecidas no quadro resumo de respostas.

4.2.1. Comandante da NRF 5

Em entrevista ao então comandante da NRF 5, na altura Tenente-Coronel de Infantaria Eduardo Ferrão, obtiveram-se as seguintes informações:

Na componente do treino operacional das forças apurámos que não existiu no caso da NRF 5 uma alteração específica a assinalar, no entanto, existiam requisitos que a força tinha de cumprir de modo a alcançar a sua certificação, obrigando o comando da força a implementar um sistema de treino que trabalhava em função desses requisitos. Na realidade houve um ajuste do treino aos objetivos fixados, não havia uma metodologia de treino para a NRF, apenas os requisitos obrigatórios, fixados pela OTAN, que começaram a ser transpostos para a realidade nacional. O treino foi desenvolvido de modo igual ao de uma unidade de escalão batalhão do SFN que se preparava para uma missão, mas neste caso com o objetivo de alcançar os requisitos de certificação.

O treino operacional era mais eficaz porque existiam critérios fixados que tinham de ser atingidos. No desenvolvimento do plano de treino operacional o tiro destacava-se, uma vez que havia a possibilidade com a NRF de cumprir um plano de tiro progressivo, do individual para o coletivo, obedecendo a várias etapas de validação, concluindo com exercícios táticos de fogos reais, aos diversos escalões, o que era fundamental para o desenvolvimento do produto operacional da força.

A NRF 5 foi implementada a partir de um núcleo muito pequeno, não apresentando inicialmente a força completa no seu QO. Em termos de lacunas na fase inicial de aprontamento no treino de nivelamento, uma vez que foi necessário reunir um conjunto de militares provenientes de várias unidades para completar o QO, averiguámos a existência de desigualdades na técnica individual de combate a par do treino físico e do tiro.

Em termos de organização, a NRF 5 apresentava como estrutura e composição da força um agrupamento mecanizado, sustentado no BIMEC e num ECC do GCC.

O conceito NRF era considerado válido e atual, uma vez que permitia à OTAN dispor de uma capacidade de resposta militar, capaz de atuar em tempo oportuno, em qualquer local

e tipologia de missões. Acrescendo a importância do sistema de certificação, que trouxe muita credibilidade a todo o processo de geração e treino das forças NRF.

Não houve alterações em termos de equipamento a assinalar. O equipamento utilizado foi o equipamento existente no QOM do BIMEC e do GCC.

Os efeitos em termos de emprego de forças nas NRF estão relacionados com a vantagem que se tem com o facto de obter uma força organizada e constituída e que está pronta para uma operação. A existência de um mecanismo de certificação que está associado à força apresenta a garantia que a força satisfaz os requisitos necessários para o cumprimento das missões que lhe possam ser cometidas. Internamente para o comando do batalhão é um fator acrescido de confiança, porque obedece aos critérios necessários para o caso de ser empregue. Externamente, para o país e para a OTAN, é também um fator acrescido de confiança que recai sobre as forças em questão. O Exército já tinha evoluído muito com as operações de apoio à paz, mas colocar as suas unidades que estão constituídas organicamente de base, submetidas a um programa de treino operacional exigente, cumprindo requisitos OTAN é algo que muda a mentalidade de todos, o trabalho era feito em função da satisfação dos critérios, trazendo por consequente uma qualidade acrescida às unidades. O emprego de forças nas NRF obrigou a definir prioridades, ao nível dos comandos das brigadas na atribuição de meios e recursos, uma vez que para levantar a NRF 5 foi necessário receber material das diversas unidades da Brigada de modo a completar os QOM da unidade aprontadora.

O treino da NRF foi centrado no conflito de alta intensidade, o que era fundamental, uma vez que mesmo para as operações de apoio à paz constituía requisito obrigatório estar preparado para fazer face a uma escalada da violência e deste modo ser capaz de conduzir operações em todo o espectro da conflitualidade. Na preparação específica para constituir a FND, a força NRF 5 teve a necessidade de reorganizar a sua estrutura e composição, readaptar a orgânica e mudar um pouco a mentalidade do treino. No entanto a matriz do treino operacional era a mesma, nunca deixando de insistir no tiro, nem na preparação da condição física, sendo esta a principal capacidade que a força NRF detinha ao constituir a FND. Contudo em termos motivacionais era diferente estar numa NRF, que apresenta um treino muito exigente e duro acumulando o facto em que não se visualiza a possibilidade de emprego da força, e de estar num treino para uma FND que posteriormente os militares sabiam que iria ser empregue. Era mais exigente manter motivados os militares que constituíam a NRF, em relação aos níveis motivacionais do pessoal que iria integrar a FND no Kosovo.

A contribuição de Portugal para a NRF 5 foi materializada num AgrMec organizado com base no 1º BIMec e num ECC do GCC. A estas unidades apenas se acrescentaram alguns equipamentos de acordo com os requisitos definidos pela OTAN e o preenchimento do QO. Em relação às FND, estas eram forças que Portugal desenhava para aquela missão específica, e que teriam de treinar de acordo com essa organização. Com o AgrMec da NRF 5 foi possível organizar duas FND, uma para a Bósnia e outra para o Kosovo. A força como contributo apresentava um índice de treino acumulado e um grau de confiança na sua atuação que foi alcançado através da continuidade do ciclo NRF-FND. Deste modo da NRF para a constituição da força como FND, constatámos que foi transferida a confiança e a qualidade de treino que a força tinha a montante, mas também o espírito de corpo e a capacidade de iniciativa dos comandantes a todos os escalões de comando. Com a entrevista ao Comandante da força NRF 5 constatámos que o principal contributo da NRF 5 para o produto operacional do exército é a existência de um sistema de certificação nacional e certificação internacional à qual as forças são submetidas para poderem ser consideradas aptas a integrar operações no âmbito da OTAN.

4.2.2. Comandante da NRF 13

Em entrevista com o então comandante da NRF 13, Tenente Coronel Nuno Moreira, obtiveram-se as seguintes informações:

Na componente do ciclo de treino operacional da NRF, este era ajustado no tempo, relativamente ao preenchimento dos requisitos de avaliação e certificação da força. No entanto não houve a necessidade de alterar o seu conteúdo uma vez que a força era oferecida principalmente devido à sua capacidade primária de *Light Infantry Airbone*. Face à prioridade atribuída às forças em preparação para as NRF e a consequente possibilidade de dedicação exclusiva à atividade de aprontamento e treino da força, foi promovido um aumento da proficiência individual e coletiva dos militares que constituíam a força.

O treino operacional foi mais eficaz porque existiu uma exclusividade de empenhamento da força no seu aprontamento, a tentativa de obter os QOP e QOM preenchidos, o que acabou por não se verificar em ambos, a existência de condições para o treino conjuntamente com sistemas de simulação reais no caso dos exercícios e, por último, a existência de avaliações internas e externas.

A força teve lacunas permanentes no preenchimento da sua EOM, nomeadamente no que diz respeito a capacidades de combate em visibilidade reduzida, defesa NBQ e mobilidade tática. A inexistência de grande parte desses materiais, durante a totalidade do período de aprontamento e *Stand By* afetaram decisivamente o treino da força não permitindo o treino mais adequado. As lacunas de treino de pessoal eram transversais do nível individual ao coletivo e em todos os escalões, sendo relacionados sobretudo com a incapacidade de conduzir ciclos de treino operacional consistentes, por falta generalizada de recursos humanos, materiais e financeiros.

No batalhão de paraquedistas do SFN foi incrementado uma capacidade adicional de fogo com a criação de um pelotão de armas pesadas que estava inserido no destacamento de apoio de operações. A existência deste destacamento com as suas valências permitia a execução de operações aerotransportadas. Também foi adicionado um NSE dedicado a atividades de RSOMI³⁶ e contratos/ Finanças.

O conceito de NRF não era adequado à realidade em que estava inserido. Por um lado as nações não demonstravam determinação no preenchimento de todos os requisitos do CJSOR e das capacidades necessárias. As forças eram oferecidas mas sem a capacidade de atribuir recursos que permitissem atingir os níveis de treino e de equipamento estabelecidos no conceito de NRF.

Não existiram mudanças em termos de equipamento. Apesar da proposta de EOM que foi lançada, conter alterações significativas de equipamento destinadas a conferir melhoramentos nos sistemas de comunicações e informações nomeadamente TACSAT³⁷, e a capacidade de combate em condições de visibilidade reduzida, no entanto nenhuma das necessidades foi satisfeita.

Servindo de contributo da NRF para constituir a FND, conseguimos averiguar que depois de um ciclo de treino da natureza da NRF, a unidade está em melhores condições para iniciar o aprontamento para uma operação como FND. Embora existam especificidades no TO, o processo não inicia do zero.

³⁶RSOMI - Reception, Staging, Onward Movement and Integration. São atividades de receção da unidade e do seu equipamento e abastecimentos nos pontos de desembarque, o seu armazenamento inicial, o plano de movimento da unidade para as zonas de reunião e as atividades de integração dessa unidade na organização operacional. (FM 100-17-3, 1999)

³⁷Rádios táticos com capacidade de comunicações via satélite.

4.2.3. 2º Comandante da NRF 5

Em entrevista ao então 2º Comandante da NRF 5, na altura Major Brito Teixeira, obtiveram-se as seguintes informações:

No âmbito do Comando e Liderança da força que estava estruturada foi desenvolvido um trabalho para poder, de acordo com a intenção do comando do exército, reunir, treinar e satisfazer os critérios padronizados ao nível da OTAN. Em termos do modelo de treino operacional, o trabalho que o batalhão fez estava sustentado no espectro do conflito para o qual a força tinha de estar preparada. Deste modo para cumprir as tarefas de baixa intensidade tinha de ser treinada a alta intensidade, o contrário não seria possível. O ciclo do treino operacional que a NRF realizou seguiu uma lógica de *Three block war*³⁸, sempre na sequência da alta para a baixa intensidade. Desenvolvendo na força uma capacidade de resposta a um largo espectro de missões.

Para proporcionar um treino operacional mais eficaz, foi implementado um sistema de treino autêntico de forma a simular a realidade, através das várias fases que deviam ser cumpridas, começando do individual para o coletivo. Concorrendo a parte tática, técnica, o tiro e o treino físico de aplicação militar sendo tudo convergente para obter um produto operacional credível. O conceito seria: planear, preparar, executar, avaliar, *feedback* e repetir, sucessivamente, este ciclo. Alcançando deste modo a capacidade de avaliar a combinação da técnica e da tática, para obter a proficiência e performance necessária.

A dimensão exigida para a NRF 5 seria não estar abaixo de 80% do efetivo, implicando a existência logo desde início de um efetivo de cerca de 600 militares, o que não se verificou. Só a partir de 1/3 do treino existiu o reforço de efetivo colmatando a lacuna existente em termos de falta de pessoal. Existiam estruturas e materiais com lacunas e disfunções, no entanto, permitiam o treino, uma vez que os esforços feitos pelo comando da logística através do comando da Brigada foram pelo reforço de materiais de diferente ordem, para melhorar, por exemplo, a capacidade operacional das viaturas, através do reabastecimento da classe IX³⁹.

³⁸O conceito Three Block War foi utilizado pelos Líderes do Corpo de Fuzileiros dos EUA, no final do século XX. Sendo baseado nos conflitos que os EUA tiveram em Estados Falhados como a Somália e a Jugoslávia. É um conceito que descreve as exigências do moderno campo de Batalha. O termo foi apelidado pelo General Charles C. Krulak quando serviu como Comandante da Marinha dos Estados Unidos. O conceito foi novamente utilizado pelas forças Canadianas em 2004-2005 e foi apresentado como o novo modelo de operações das forças canadianas. A ideia central é que as forças militares conduzem operações humanitárias de manutenção de paz, estabilização e operações de combate simultaneamente mas em espaços diferentes. (Dorn & Varey, 2009)

³⁹Vide in Anexo C.

Constatamos a existência de uma adaptação do QO do agrupamento, com a NRF, em termos de organização. Havendo uma adequação dos recursos humanos e também materiais à NRF por forma a alcançar os requisitos necessários com os meios e pessoal existentes. A alteração na organização das forças foi verificada na constituição das forças da NRF como FND, em que deixa de haver uma lógica de batalhão doutrinário, para adequar a organização da força à missão específica.

O conceito NRF visava demonstrar que a OTAN apresentava uma força de intervenção imediata e que trabalhava de forma conjunta e combinada, servindo deste modo de verificação de capacidades. Com a aplicação do conceito para além de projetar uma imagem de prontidão, fazia os ensaios e desenvolvimento de capacidades, doutrina, organização, treino operacional, material, liderança, informações, infraestruturas e interoperabilidade. A OTAN através da NRF experimentava e testava novos conceitos, e nesse sentido cumpria os desígnios para que tinha sido concebido o conceito. Do ponto de vista de emprego fracassou, nomeadamente na projeção e retração de um dispositivo de uma NRF, uma vez que, quem fazia a projeção das forças suportava todos os custos.

Averiguámos a existência de um cuidado em termos tangíveis na parte dos materiais, como é o caso dos aparelhos de visão noturna, que conjugado com a obtenção de atiradores especiais, que advinham do processo do plano de tiro, permitia apurar os melhores atiradores. O batalhão otimizou com qualidade os meios que estavam atribuídos em QO. Houve prioridade e tempo para o treino operacional, acompanhado da seleção de recursos humanos, atribuindo deste modo os meios adequados a cada militar. Os meios do QO foram rentabilizados da melhor forma, em prol de um produto final com qualidade, coerência e credibilidade. A parte tecnológica que permitiria as nossas FFAA evoluir no sentido da transformação seria na área da *intelligence surveillance target acquisition and reconnaissance* (ISTAR).

Os principais efeitos nas forças são o conhecimento e a atividade operacional. Esse ativo representa a proteção da força em caso de emprego. Não existe melhor cenário para treino e preparação de forças que a NRF, porque admitindo que a vontade política de emprego da força seja mínimo, usufruímos ao nível da OTAN do melhor que se está a desenvolver, em prol do treino da força. A experiência adquirida permite aos quadros uma vantagem competitiva⁴⁰ que não é possível com outros empenhamentos. Desde que haja

⁴⁰“Uma vantagem competitiva significa que a organização ou o ator em causa estão numa posição vantajosa face aos seus adversários, ou seja, quando comparados, apresenta performances (na ideia de ação) superiores.” (Freire, 2005a, p.140)

continuidade dos quadros, o treino melhora sucessivamente. O produto operacional do Exército é incrementado e valorizado, sendo cimentado numa perspectiva de longo prazo devido à experiência obtida.

Em termos de organização da força, comando e controlo, manobra, apoio de fogos e apoio de serviços, houve uma transferência na sua devida proporção para a FND, aproveitando a doutrina, liderança, adaptações e evoluções já existentes. O mesmo aconteceu na projeção para Espanha em que havia uma representatividade de todas as funções de combate necessárias para o batalhão conseguir trabalhar adequadamente.

Do pessoal houve seleção, uma vez que a NRF deu para constituir forças para duas missões, uma para a Bósnia Herzegovina e outra para o Kosovo. Com a NRF houve a percepção que é necessário trabalhar num ambiente multinacional, em que o inglês é essencial. Havia uma coerência do produto operacional o que era necessário em termos de contributos para o cumprimento das missões no TO do Kosovo.

4.2.4. Oficial de Operações da NRF 5

Em entrevista ao então oficial de operações da NRF 5, na altura Major Almeida Ferreira, obtiveram-se as seguintes informações:

Em termos de treino operacional existiram alterações através de adaptações, isto porque a NRF 5 foi a primeira grande NRF implementada no Exército Português. Era a primeira vez que se aplicava o conceito NRF numa força com base em Mecanizados, neste caso em Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP) M-113. Ao nível do tiro, foram feitas tabelas de tiro que não existiam, desde o mais baixo escalão ao escalão companhia. As alterações foram sempre com o objetivo de melhorar o treino da força, mas para isso teve de se reunir condições financeiras, materiais e de recursos humanos, para criar um ambiente propício para o planeamento, e com base neste, a execução do treino que era fundamental ser eficaz.

Há um aspeto relevante para a eficácia do treino operacional, nomeadamente a excelência da equipa que se formou, quer ao nível do estado-maior, das companhias e nos baixos escalões, nas secções, era fundamental ter o homem na função certa. Com o trabalho em conjunto, espírito de coesão e camaradagem, tornou-se mais fácil a eficácia do treino.

Em termos de pessoal, a maior dificuldade foi não ter um batalhão já pronto. Foi necessário formar e constituir uma força com base em militares que não estavam na unidade

desde início, não tinham a continuidade do treino. Para além do facto de a formação não ser a mesma de uma unidade para outra. Esta foi a grande lacuna verificada no nivelamento, embora existam os mesmos manuais, os mesmos padrões e os mesmos planos de formação, na execução eram díspares. Ao nível de materiais aconteceu o mesmo, havia pessoal que nunca trabalhou em VBTP M-113 nem com metralhadoras pesadas.

O facto de não ter a força constituída logo inicialmente no batalhão criou grandes dificuldades, no entanto houve a vantagem de formar a força à imagem do comando do batalhão. Se fosse 700 homens que já estivessem no batalhão podia haver lacunas em termos de formação, porque os parâmetros da NRF eram diferentes, e haveria dificuldades em formatar e modelar a força.

Na época o conceito foi embrionário e revolucionário, porque criar uma força que era desenhada ao mais alto nível da OTAN, e passar para o nível dos agrupamentos, dos batalhões e das forças de manobra era algo inédito. Saber o que era necessário, colocar à disposição dos países, os requisitos e verificar quem podia contribuir, foi na altura revolucionário. Era algo novo e de grande responsabilidade o que criava um espírito de participação, para que a força atingisse os objetivos de certificação, com os graus de exigência que a OTAN impunha.

O ideal era a força ter à disposição o equipamento que está no seu QO o que não seria possível, porque o manancial de equipamento necessário para uma força deste tipo era variado e exigia uma enorme tecnologia e recursos financeiros. No caso do material NBQ, material muito dispendioso, houve uma evolução, no entanto nada mais há a assinalar. Apenas era necessário ter um ou dois modelos para poder treinar, no caso de emprego, a força recebia e sabia trabalhar com esse material.

Para um militar do Quadro Permanente (QP) fazer parte de uma NRF, onde era oferecida a possibilidade de trabalhar com a maioria dos equipamentos operacionais, com outros países, muitos deles com culturas diferentes, trazia a este militar uma formação complementar contínua. Para os militares que não eram do quadro, servia para cimentar e dar oportunidade de conhecer realmente o que era uma força deste tipo.

Uma força projetada para um teatro tem de ser com base numa força já existente, isto porque era mais fácil para um comandante ter disponível e apta uma força já planeada, desenhada, estruturada e trabalhada anteriormente. Se a força numa missão de resposta à crise tiver de enfrentar situações de alta conflitualidade, tem de estar bem planeada, trabalhada e ter um grande treino a montante. Num TO, existe sempre a possibilidade de uma situação de alta intensidade. Se a força já existir anteriormente e tiver treino de alta e

baixa intensidade, seria mais fácil. Existiam outras vantagens como o espírito de coesão, espírito de equipa, o conhecimento mútuo, e isso era alcançado com muito treino. Houve oportunidade de escolher o mais apto para cumprir a missão no Kosovo, dos 700 militares que constituíram a NRF foram escolhidos 300 para integrar a FND.

O soldado NRF não teve em termos de equipamento individual a possibilidade de ser equipado como foi para a missão FND. Na NRF o militar estava em condições completamente diferentes que o militar projetado em FND. Partiu-se de um nível elevado de equipamento médio ou pesado, VBTP M-113 ou carros de combate ao nível NRF para um patamar inferior ao nível de viaturas de rodas V-200 na FND.

O grande contributo que a NRF oferece à FND, para começar, foi o treino, a que a força NRF foi sujeita, sempre orientado para a alta intensidade. O soldado estava preparado para o pior, o que deu depois em termos de capacidade, a resistência física e psicológica, e a evolução na mentalidade da força. Tornando muito mais fácil adequar a força proveniente da NRF à realidade da FND.

4.2.5. Oficial de Informações da NRF 5

Em entrevista ao então oficial de informações da NRF 5, na altura Major Mendes Ferreira, obtiveram-se as seguintes informações:

A principal alteração introduzida no treino operacional foi a identificação da necessidade de obter forças certificadas, com os meios humanos e materiais estabelecidos em QO e um plano de treino para cumprir, com a finalidade de atingir determinados objetivos previamente definidos, num determinado período de tempo.

O treino operacional pode ter dois patamares: um quando existe um conjunto de cenários em que as forças podem ser empregues, neste caso o treino deve contemplar sempre que possível todos os cenários de emprego de forma a treinar todas as tarefas - foi o caso da preparação da NRF; um segundo patamar, quando a força já tem um TO definido e, neste caso, o treino deve ser orientado para a missão específica como é o caso da FND.

A colocação de pessoal nas Unidades Operacionais tem por base níveis de levantamento que impõem a existência de Unidades Escalão Batalhão com os efetivos acima dos 95% do seu QOP. Esta situação conduziu a que um conjunto de militares com diferente

preparação técnica, tática, física e psicológica fossem colocados na mesma unidade para cumprirem a missão NRF. Com o treino e o tempo necessário essas diferenças esbatiam-se.

Em termos de organização, as forças que participam nas NRF são constituídas de acordo com as capacidades previamente definidas no planeamento de geração de forças que a OTAN conduz. No caso da NRF 5 foi constituído um agrupamento, pois o 1ºBIMec foi reforçado com um ECC do GCC para satisfazer os requisitos operacionais estabelecidos pela OTAN. Esta situação impõe que a organização da força tenha que integrar um conjunto de capacidades em permanência, que antes só existia aquando da realização de exercícios.

O conceito NRF em termos macro é fundamental para que a OTAN tenha em permanência uma força certificada, com capacidade de intervenção num curto espaço de tempo.

As NRF permitem que sejam identificadas necessidades de materiais que por vezes não existem em canal de reabastecimento. Nestas situações os equipamentos deveriam ser adquiridos. Estas mais-valias são sempre para o Exército e dificilmente para uma força específica, pois estas usufruem dos mesmos apenas durante as vigências das NRF.

Averiguámos nos efeitos a existência de uma vantagem na integração de forças que estão na vanguarda dos procedimentos táticos e técnicos aliado a equipamentos e materiais de última geração, permitindo que as Forças Portuguesas, possam adquirir conhecimento já existente. Por outro lado cria-se uma “mentalidade” diferente, uma vez que as forças têm de se certificar.

O Batalhão NRF tinha de possuir determinadas capacidades definidas pela OTAN, que em dado momento poderiam ou não ser aplicadas num TO como o do Kosovo. No entanto, e com base na experiência do 1ºBIMec/NRF 5 e posteriormente 1ºBIMec/KFOR, o Batalhão depois de integrado o ciclo de aprontamento e de *stand by* de uma NRF, possuía um conjunto de procedimentos técnicos e táticos aos vários escalões que lhe permitia ser empregue no TO como o do Kosovo, com um tempo de aprontamento inferior aos seis meses padronizados para as FND, do Exército Português.

Tanto a missão da NRF como a missão do Kosovo possuem requisitos operacionais que requerem a existência na força de determinados equipamentos para cumprir as missões. No caso do 1ºBIMec, durante a NRF 5, usaram-se viaturas de lagartas e de rodas, no Kosovo, apenas viaturas de rodas. O importante são os requisitos operacionais que a força deve possuir para ser empregue numa NRF ou no TO do Kosovo, que depois identificam qual o equipamento que deverá possuir.

Em termos de contributos para a FND constatámos a mais-valia do período de treino durante a NRF pois permitiu que de forma integrada todo Batalhão treinasse um conjunto de procedimentos técnicos e táticos que durante a missão no TO do Kosovo foi muito proveitoso pois existia uma força com elevados níveis de proficiência e eficácia, com todas as vantagens que daí advém.

4.2.6. Adjunto do Comandante do CFT

Em entrevista com o adjunto do Comandante do Comando das forças Terrestres, Major General Martins Ribeiro, conseguiu-se obter as seguintes informações:

O conceito de NRF, no que concerne à dinâmica transformacional das instituições militares é adequado. No entanto, na projeção e sustentação das forças não estava adaptado, uma vez que a Aliança não tomava em consideração estas valências, sendo a responsabilidade, de constituição de uma NSE⁴¹, atribuída à Nação. A capacidade de projeção e sustentação de uma força NRF é baseada em valores insustentáveis para Portugal. Apresentando-se um grande desafio continuar com as NRF mesmo depois das alterações implementadas no conceito.

O produto operacional é incrementado, sendo o conhecimento transmitido, segundo um conceito de “menos forças, melhores forças”. A NRF serve de motor da transformação, sendo o contato multinacional e os exercícios de certificação os aspetos que mais contribuem para a transformação.

Ao nível da organização da força a Brigada era a grande unidade aprontadora das NRF, e que articulava a força. Do menu de forças da NRF o módulo de especialistas de operações especiais era o mais adequado no combate ao Contra Terrorismo.

Em termos de equipamento sempre houve um grande cuidado no comando e controlo nomeadamente nas comunicações desde o mais alto ao mais baixo escalão da força.

⁴¹Extensão dos depósitos gerais de material do Exército no TO para providenciar a sustentação da força. Seria responsável pela coordenação das atividades de entrada da força em teatro, pela parte financeira e contratos relacionados com a sustentação da força, e pela coordenação de aspetos administrativos da gestão de pessoal.

4.3. Discussão dos resultados obtidos

Dos resultados obtidos com a análise documental, a realização das entrevistas (Apêndice F), tornou-se possível analisar e discutir o seguinte:

Em relação à **organização das forças** nas NRF que são âmbito de estudo verificou-se que houve uma adaptação dos QO aos requisitos que a OTAN impunha, tornando-se possível validar a Hipótese 1, uma vez que existe efetivamente uma adaptação da organização das forças, segundo os QO, e os requisitos impostos. Como requisitos verificou-se no caso da NRF 5 a necessidade de juntar um ECC ao 1ºBIMec constituindo uma força que inicialmente era composta por cerca de 200 elementos passando posteriormente para os 700 militares como era imposto. No caso da NRF 13 foi anexado um destacamento de apoio de operações por forma a autonomizar a atuação da força e incluir um pelotão de armas pesadas de modo a obter maior poder de fogo. Esta situação impôs a existência de um conjunto de capacidades dos critérios de certificação da força, em permanência, tais como a prontidão das forças conjuntamente com os meios e o comando e controlo por forma a garantir a interoperabilidade dos meios, que se não fosse pela implementação da NRF não se verificava, obtendo-se com isto a oportunidade de criar uma força à imagem daquilo que era exigido.

Na componente do **equipamento** constatou-se que não houve alterações significativas, mas sim um trabalho com base no equipamento orgânico do 1ºBIMec em relação à NRF 5 e no equipamento orgânico do 2ºBIPara em relação à NRF 13. No entanto houve a possibilidade de aplicar melhorias na operacionalidade dos equipamentos existentes, verificando-se deste modo a não validação da Hipótese 2: Existem alterações em termos de equipamento operacional nas forças que participam nas NRF com base no QO da respetiva força. Consideramos que houve no caso da NRF 5 a existência sobretudo da melhoria da capacidade operacional dos meios existentes em QO, através da possibilidade do reabastecimento da classe IX⁴², sendo os materiais rentabilizados da melhor forma, em prol de um produto final com qualidade, coerência e credibilidade. Para além da melhoria dos meios existentes foi também identificado um conjunto de materiais inexistentes que eram fulcrais e iriam contribuir para a obtenção da prontidão e sucesso das NRF, nomeadamente, meios de combate em visibilidade reduzida, defesa NBQ, mobilidade tática e sistemas de comunicações e informações a par da componente ISTAR. Estando em sintonia com o que

⁴²Ver anexo C

Ramalho (2009) considerou necessário para garantir uma capacidade de geração de forças, conjugando o pessoal, treino operacional e equipamentos, os seguintes requisitos operacionais urgentes: Sistemas para integrar a componente ISTAR, Sistemas de Informação e comunicação, Viaturas para as Forças Especiais (4x4), Sistemas de proteção NBQ, Sistemas de visão noturna, Sistemas de proteção eletrónica e Armamento Ligeiro.

A grande diferença com a implementação das NRF, para uma força de escalão batalhão no seu **treino operacional** é o trabalho em função dos critérios para a sua certificação que amplia a exigência e eficácia do treino operacional através dos exercícios com vista à certificação Nacional e certificação OTAN. No entanto não é possível validar a Hipótese 3: O treino operacional da unidade que participa na NRF é alterado no seu conteúdo através das certificações e da sua eficácia. Uma vez que a realização dos vários exercícios, treinos e tiro mencionados anteriormente são integrados num processo de certificação e validação da força sem se verificar a alteração do conteúdo do treino operacional da força. A essência do treino operacional de uma NRF era igual ao treino operacional de uma força de escalão batalhão que se preparava para uma missão. No entanto constatamos a eficácia do treino operacional das forças através dos critérios de certificação da força, uma vez que tem de se alcançar a certificação Nacional e principalmente a certificação Internacional, sendo esta última a alteração essencial que advém com a implementação de uma NRF e que incute uma eficácia no treino operacional.

Como **contributo para constituir uma FND** a partir da NRF, verificou-se a possibilidade de seleccionar o pessoal, pois dos cerca de 700 homens que constituíam as NRF, apenas 300 integravam as FND. Verificou-se a existência na força de um processo doutrinário, de liderança, de organização e principalmente do treino operacional transmitido da NRF para a FND. Também a multinacionalidade foi uma mais-valia porque com a NRF a força estava apta a trabalhar com outras forças devido aos exercícios combinados como é o caso do Cohesion em que o inglês⁴³ era essencial. Foi possível validar a Hipótese 4: A NRF contribui para a constituição e sucesso de uma FND uma vez que existem todas as capacidades necessárias no Batalhão NRF. Constatamos que uma força inserida na NRF treina todo o espectro do conflito, deste modo é uma força capaz de num teatro de baixa intensidade, conduzir operações, se necessário, de alta intensidade. Em termos de organização da força, comando e controlo, manobra, apoio de fogos e apoio de serviços, verificou-se a transferência na sua devida proporção para a FND, havendo uma coerência no

⁴³O inglês é a língua de trabalho da NRF. As unidades e os QG têm de comunicar em inglês no período de instrução de componente e conjunta e durante o período de *Stand By*.

produto operacional da força. Com a NRF toda a linha de proficiência, estado de prontidão da força e comando e controlo prosseguiu no aprontamento das forças FND, verificando-se também que da NRF já advinha a confiança, qualidade do treino, o espírito de corpo, a capacidade de iniciativa dos comandantes a todos os escalões de comando. A força FND proveniente da NRF 5 e da NRF 13 teve no entanto de sofrer ligeiros ajustamentos que estão relacionados com a nova tipologia de operações de controlo de tumultos e operações com viaturas bem como a nova organização das subunidades, novas táticas, técnicas e procedimentos.

A aquisição e validação dos variados critérios permanentes e evolutivos da força que servem de requisitos com a implementação da NRF tornam possível a implementação do incremento na operacionalidade das forças portuguesas através das adaptações da organização da força, da aplicação de melhorias na operacionalidade dos equipamentos existentes, do seu treino operacional incutido num sistema de certificação e do contributo para a constituição de uma FND. No entanto, o conceito NRF devido a incapacidades operacionais teve de ser adaptado como se verificou anteriormente, constatando que apesar do incremento do produto operacional das forças Portuguesas, a viabilidade do conceito depende das sucessivas adaptações da Aliança ao ambiente estratégico. Uma vez que existiu a sua adaptação face há impossibilidade das Nações deterem um conjunto de forças operacionais nas sucessivas rotações. O conceito é viável e serve de verificação das capacidades das forças, no entanto em relação à possibilidade de emprego de uma NRF não se adequa, isto porque os custos têm de ser suportados pela Nação que projeta a força, não existindo harmonização política para um possível emprego da força.

Capítulo 5

Conclusões e recomendações

Nota introdutória

A maior recompensa do nosso trabalho não é o que nos pagam por ele, mas aquilo em que ele nos transforma.

Jonh Ruskin

Neste capítulo, dividido em três partes, são expostas as conclusões alcançadas com o trabalho de investigação, de forma a transmitir todo o conhecimento adquirido, através da resposta às questões derivadas e questão central. Primeiramente são fornecidas as conclusões alcançadas. Logo de seguida serão enunciadas algumas limitações que nos confrontámos e fornecidas algumas recomendações sobre futuras investigações. Com o presente trabalho era esperado verificar um grande impacto e alterações com a implementação das NRF em Portugal, em termos de organização da força, equipamento, treino operacional e contributo para a constituição de uma FND. No entanto, como se verificou, com as NRF existem uma série de efeitos nas forças que não implicam necessariamente grandes alterações para a sua concretização.

5.1. Conclusões

Para alcançar a questão central foi proposto um estudo de uma série de componentes para averiguar quais os efeitos produzidos nas forças que participaram nas NRF. Deste modo é de seguida fornecida a resposta às questões derivadas delineadas no processo de investigação, sendo sustentadas na validação das hipóteses feitas anteriormente.

Em termos de organização e respondendo à **Questão derivada 1** concluímos que a dimensão exigida na organização das forças era esta não estar abaixo dos 95% de efetivo com a NRF. Com a Hipótese 1, conseguimos verificar que as alterações na organização das forças com a implementação de uma NRF são uma adaptação do QO da força em questão e um reforço de recursos humanos para o preenchimento do respetivo QO da unidade aprontadora, alcançando deste modo o requisito obrigatório dos 95% de efetivo. No caso da NRF 5 inicialmente estavam presentes cerca de 200 militares, posteriormente na fase de

implementação do treino houve um reforço de militares passando a preencher o QO com um efetivo de cerca de 700 militares. Consideramos que foi uma lacuna que se não fosse colmatada no seu devido momento poderia prejudicar todo o treino de aprontamento da força, uma vez que o reforço de efetivos verificou-se de uma forma contínua, só a partir de janeiro de 2005. No caso da NRF 13 o QO estava quase preenchido, no entanto o requisito de 95% em termos de pessoal não foi alcançado. Por outro lado verificámos por parte da NRF 13 a constituição de um destacamento de apoio de operações por forma a autonomizar a atuação da força e a incluir um pelotão de armas pesadas na orgânica. Concluímos que existiu efetivamente uma prioridade e um esforço na atribuição de recursos humanos com a NRF de modo a preencher o QO da unidade para posteriormente ter as condições necessárias para iniciar a fase de treino operacional da força como um todo. Assim, na componente da organização concluímos que as forças NRF foram sujeitas a um ajuste, através da adaptação do QOP, de modo a alcançar os requisitos impostos pela OTAN e obter uma força com o pessoal necessário para iniciar a fase de aprontamento.

Em relação à **Questão derivada 2** constatámos que com as NRF é imperativo equacionar os meios operacionais necessários para o cumprimento da missão. O fornecimento de equipamento e material necessário ao cumprimento da tarefa de aprontamento da NRF deveria servir de motor para a concretização dos requisitos obrigatórios de prontidão da força, que afirmam que as forças devem estar completamente equipadas. O material existia mas necessitava de um motivo para ser empregue e mobilizado, neste caso a NRF e o seu exigente treino de aprontamento serviriam esse pretexto. No entanto, conforme se constatou com a Hipótese 2, houve a possibilidade de utilizar e tornar operacional o material que está em QO da força inserida na NRF, através do reabastecimento da classe IX. Apesar da proposta de estrutura orgânica de material conter alterações de equipamentos, não existiram possibilidades financeiras para modernizar as forças em termos de equipamento. Assim, concluímos que não foram implementadas alterações significativas, em termos de material, nas NRF estudadas, mas sim a possibilidade de tornar operacionais os equipamentos existentes através do reabastecimento de sobressalentes necessários no caso da NRF 5. Na NRF 13 houve a tentativa de implementar alterações significativas de equipamento destinadas a conferir capacidades no que diz respeito aos sistemas de comunicações e informações e na capacidade de combate em condições de visibilidade reduzida, mas nenhuma das necessidades foi satisfeita. Seria fulcral para a obtenção da prontidão e sucesso das NRF, a obtenção dos materiais necessários, uma vez que para além

de preencher-se os requisitos operacionais urgentes a adquirir, iria também contribuir para o incremento do produto operacional das forças do Exército Português.

Relativamente à **Questão derivada 3** verificámos através da Hipótese 3 que com a implementação das NRF, para uma força de escalão batalhão, no seu treino operacional, o trabalho é feito em função de critérios para a sua certificação. Existe uma ampliação da exigência do treino operacional que obedece a uma lógica de *Three block war*⁴⁴, na sequência de alta para a baixa intensidade, não existindo melhor cenário para o treino e preparação de forças que a NRF, usufruindo ao nível da OTAN, o melhor que se está a desenvolver, em prol do treino da força. No entanto constatámos nas NRF estudadas que a essência do treino operacional era igual ao treino operacional de uma força de escalão batalhão que se preparava para uma missão, ou seja, concluímos que o conteúdo do treino operacional não era alterado com a implementação de uma NRF mas sim adaptado às capacidades exigidas. O conteúdo do treino não foi alterado uma vez que a força era oferecida principalmente devido à sua capacidade primária, no caso da NRF 5, o agrupamento mecanizado e no caso da NRF 13 *Light Infantry Airborne*. Concluimos também que derivando do processo de certificação das forças, está a eficácia e exigência do treino operacional de uma força NRF, concluindo com este facto que o treino operacional realizado pelas NRF é a componente que mais contribui para o incremento do Produto Operacional das forças uma vez que foi atribuída prioridade às forças em aprontamento da NRF, tendo consequências diretas na proficiência da força.

Em relação à **Questão derivada 4** concluímos através da validação da Hipótese 4 que para as operações de apoio à paz constitui requisito obrigatório estar preparado para fazer face a uma escalada da violência e deste modo ser capaz de conduzir operações em todo o espectro da conflitualidade, que foi exatamente onde incidiu todo o treino da NRF. Iniciando num ciclo de alta, para a média e baixa intensidade, a NRF incute nas forças a capacidade de conseguirem responder a uma escalada da violência. Conseguimos constatar que em termos de organização da força, comando e controlo, manobra, apoio de fogos e apoio de serviços, todas estas funções foram transferidas na sua devida proporção para a FND contribuindo este facto para o sucesso da mesma. Houve uma coerência no produto operacional da força e um aproveitamento de todo o treino implementado a montante, o Batalhão NRF 5 e NRF 13 possuía um conjunto de procedimentos técnicos e táticos aos

⁴⁴Ver PR 38 na pag. 44

vários escalões, derivado do treino operacional, que permitia serem empregues como FND no TO do Kosovo.

Com a verificação das consequências produzidas em termos de organização, equipamento, treino operacional e contributo para a constituição de uma FND, estamos em condições para responder à **Questão central** concluindo que os principais efeitos nas forças são: a adaptação da organização e dos equipamentos que estão em QO, aos requisitos OTAN e a existência de mecanismos de certificação que são a principal influência incutida no treino operacional de uma NRF, apesar do seu conteúdo não se alterar, já que é o desenho do treino operacional, o que reflete a capacidade de resposta da força a uma escalada da violência, o principal contributo da NRF para a constituição de uma FND. Para além dos efeitos produzidos nas forças a partir das componentes abordadas, concluímos que com a NRF têm de ser cumpridos requisitos OTAN sendo algo que muda a mentalidade da força, o trabalho é feito em função de critérios, trazendo uma qualidade acrescida às unidades através do incremento do Produto Operacional do Exército. A existência de um mecanismo de certificação associado à força apresenta também a garantia que a força satisfaz os requisitos necessários para o cumprimento das missões que lhe possam ser cometidas. Com a experiência adquirida, existe a possibilidade dos QP obterem uma vantagem competitiva, uma vez que com a sua continuidade, o treino melhora sucessivamente, mesmo apesar das adaptações impostas ao conceito NRF. O conceito serve de verificação das capacidades das forças, no entanto em relação à possibilidade de emprego de uma NRF não se adequa. O produto operacional do Exército é incrementado e valorizado uma vez que com as NRF é possível alcançar critérios impostos pela OTAN permitindo que o produto operacional, numa perspectiva de longo prazo, seja desenvolvido devido à experiência obtida com as sucessivas NRF. No entanto, partindo de uma perspectiva diferente e relacionada com os equipamentos que as forças devem deter, constatámos que existiu uma prioridade na atribuição de recursos humanos e na atividade de treino, não existindo a possibilidade de em termos financeiros modernizar a força em equipamentos que teria um impacto decisivo na qualidade do produto operacional.

5.2. Limitações da Investigação e Recomendações futuras

Como limitações à realização de todo o trabalho de investigação há que realçar o número de páginas, uma vez que toda a informação importante teve que ser sujeita a um

processo de seleção para ser incluída no trabalho. Um trabalho deste âmbito implica necessariamente uma explicação pormenorizada de todos os conceitos e componentes enunciados, desde o seu aparecimento até ao contexto em que são aplicados, o que se tornou difícil, para respeitar as 55 páginas. A obtenção de documentos confidenciais como por exemplo, Relatórios de Fim de Missão, a que se teve acesso foram de extrema importância, no entanto, a informação não foi citada, uma vez que tornaria o presente trabalho confidencial.

Em termos de recomendações futuras consideramos que a OTAN é fulcral para o desenvolvimento das instituições militares dos países membros da Aliança, deste modo sugerimos como desejável o estudo da organização de maneira a perceber quais as vantagens competitivas que Portugal detém e que podem possibilitar o máximo proveito das suas capacidades, dentro da Aliança Atlântica. O caso da implementação das NRF é um exemplo das vantagens que Portugal pode ter com a aplicação da Doutrina, Liderança, Comando e Controlo, Treino e muitas outras valências em relação ao que se desenvolve na Aliança. Seria proveitoso a realização de um trabalho sobre o impacto do produto operacional das forças Portuguesas nos vários teatros e não apenas no Kosovo, uma vez que Portugal tem a sua representação em mais teatros. Constatámos que o conceito de NRF teve que se adaptar, por isso seria útil o estudo das NRF com a aplicação do novo conceito e verificar se é possível a projecção e sustentação das forças uma vez que com o conceito anterior essa seria uma das lacunas existentes.

Bibliografia

Fontes bibliográficas da especialidade

-Batista, M., (2009). *A artilharia Portuguesa nas NATO Response force e nos Battlegroups*. Revista de Artilharia.

Retirado: Junho, 12, 2012, de http://www.revista-artilharia.net/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=33

-Bonsignorc, L., (2005). *Key Element of Nato Transformation NRF*. Nato's Nations and Partners for peace.

-Coelho, N., (n.d.). *Portugal e a NATO*.

Retirado: Janeiro, 5, 2013, de <Http://bcac2919.150m.com/texto4.htm>

-Dorn, A. W., Varey, M., (2009). *The rise and demise of the Three block war*. Canadian Military Journal, 10 (1), p. 38-45.

Retirado: Fevereiro, 18,2013, de <http://www.journal.forces.gc.ca/vol10/no1/doc/07-dornvarey-eng.pdf>

-Ferrão, E. M., (2006). *Reflexões de experiência Feita 1ºBimec/BrigMec/NRF5*. Santa Margarida: 1º BIMEc.

-Freire, M., (2005a). *Um olhar atual sobre a transformação do conde Lippe*. Revista Nação e Defesa, 112 (3), p. 137-166.

Retirado: Junho, 03, 2012, de Http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1140/1/NeD112_MiguelFreire.pdf

-Freire, M., (2005b). *O catálogo de forças de Helsínquia. Participação nacional. Compatibilização com o conceito NRF/NATO*. Boletim Formação Investigação Doutrina, 61. Instituto altos estudos militares.

-Goldgeier, J. M., (2010). *The Future of NATO*. Council Special Report, 51, Washington, DC.

-Magalhães, J., Ribeiro, J., (2013). *Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia*. Revista científica Proelium, 4, p. 75-102.

-Palmer, D. R., (2009). *Nato aos sessenta anos – Da AMF á NRF*. Revista da NATO.

Retirado: Fevereiro, 1, 2013, de <Http://www.nato.int/docu/review/2009/0902/090204/PT/index.htm>

-Pinto, L. V., (2009). *As Missões Internacionais da NATO*. Revista Nação e Defesa, 123, p. 41-50.

Retirado: Fevereiro, 5, 2013, de <Http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD123.pdf>

-Portas, P. S. C., (2002). *Portuguese Security and defense Policy in Relations to NATO*. Country reports from NATO and PFP countries.

- Ramalho, J. P., (2009). *O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO*. Revista Nação e Defesa, 123, p. 63-80.
Retirado: Fevereiro, 5, 2013, de [Http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD123.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD123.pdf)
- Rodrigues, A. R., (2003). *A força de Resposta da Nato*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais.
Retirado:Fevereiro,5,2013,de[Http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/A%20For%C3%A7a%20de%20Resposta%20da%20NATO.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/organizacoes_internacionais/nato/A%20For%C3%A7a%20de%20Resposta%20da%20NATO.pdf)
- Rynning, S., (2005a). *A new Military Ethos? Nato Response Force*. Journal of Transatlantic Studies, 3 (1), p. 5-21. Denmark.
- Rynning, S., (2005b). *NATO's Response Force: Origins, Design, and Durability*. Paper for 45th Annual ISA Convention.
- Santos, J. A. L. dos, (1982). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Schuwirth, R., (2006). *The Nato Response Force NRF Live*. Nato Nations and Partners for Peace.
- Serronha, M., (2010). *Portugal e o novo conceito estratégico da NATO*. Revista Relações Internacionais, 27, p. 55-64.
- Teixeira, P. B., Mezyngski, A., (2008). *Operational preparation directorate core business*.

Legislação e documentos Oficiais.

- Academia Militar (2011). *Manual de Logística da Academia Militar*. Lisboa.
- Diretiva Nº 001 (2004). *Diretiva de Aprontamento do AgrMec/BMI/NRF 5 para 2005*. Santa Margarida.
- Diretiva Nº 15/Com Op (2008). *Diretiva de Aprontamento da NRF 13/NATO/BIPara/ BrigRR*. Oeiras.
- Diretiva Nº 127/CEME (2008). *Diretiva de Aprontamento do Batalhão de infantaria Pára-quedista/NRF13*. Oeiras.
- Estado-Maior do Exército [EME], (1998). *Quadro Orgânico de Pessoal do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado nº06.04.010*. Lisboa.
- Estado-Maior do Exército [EME], (2009a). *O Novo conceito para a NRF*. Lisboa
- Estado-Maior do Exército [EME], (2009b). *Quadro Orgânico do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado nº24.0.01*. Santa Margarida.

-
- Estado-Maior do Exército [EME], (2009c). *Quadro Orgânico do 2º Batalhão de Infantaria Pára-Quedista nº24.0.22*. São Jacinto.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2005). *Quadro Orgânico de Material da NRF 5*. Santa Margarida.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2009). *Quadro Orgânico de Material da NRF 13*. São Jacinto.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]. *NATO-KFOR (Kosovo Force)*.
Retirado: Fevereiro, 20, 2013, de [Http://www.emgfa.pt/operacoes/missoes/fnd-kosovo](http://www.emgfa.pt/operacoes/missoes/fnd-kosovo)
- Exército Português. Regimento de Infantaria nº 10.
Retirado: Fevereiro, 05, 2013, de <http://www.exercito.pt/sites/RI10/Actividades/Paginas/6345.aspx>
- FM 100-17-3 (1999). *Reception, Staging, Onward Movement, And Integration*. Washington
- Lei Orgânica n.º 50/1993 de 26 de Fevereiro. *Lei Orgânica do Exército*. Publicada no DR n.º 48 - I Série - A de 26 de Agosto de 1993.
- Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. *Constituição da República Portuguesa (7ª Revisão)*.
Publicada no DR n.º 155 - I Série - A de 12 de Agosto de 2005.
- Lei Orgânica n.º 61/2006 de 21 de Março. *Lei Orgânica do Exército*. Publicada no DR n.º57 – 1ª Série de 21 de Março de 2006.
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de Julho. *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)*. Publicada no DR n.º 129 – 1ª Série de 7 de Julho de 2009.
- Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de Julho. *Lei de Defesa Nacional (LDN)*. Publicada no DR n.º 138 – 1ª Série de 20 de Julho de 2009.
- OTAN, (1949). *Tratado do Atlântico Norte*. Washington D. C.
- OTAN, (2003). *MC 477, Conceito militar para a força de reação da NATO*. SHAPE, Bélgica.
- OTAN, (2008). *Nato reponse force long term rotation plan*. SHAPE, Bélgica.
- OTAN, (2003). *Normas e Procedimentos para certificação da força de reação da NATO*. SHAPE, Bélgica.
- OTAN, (2004). *Sistema de certificação para Quartéis-Generais e forças NRF*. SHAPE, Bélgica.
- OTAN, (2006). *MC 458, Deployable Forces Training Concept (DFTC), after NATO response force full operational Capability*. SHAPE, Bélgica.
- OTAN, (2009). *MC 586, Policy for Allied forces and their use for operations*. SHAPE, Bélgica.
- OTAN, (2003). *Plano Detalhado de Implementação da Força de Reação da NATO*. SHAPE, Bélgica.

Metodologia

- American Psychological Association (2010). *Publication Manual of the American Psychological Association*. 6ª Edição, Washington, DC.
- Dicionário da Língua Portuguesa (2012). Dicionários Académicos. Porto Editora.
- Hill, M. M., Hill, A., (2002). *Investigação por questionário*. 2ª Edição, Silabo, Lisboa.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G., (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.
- NEP 520 (2011). *Anexo F Normas para a redação do relatório científico final*. Academia Militar, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L., (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 4.ª edição.
- Santos, J. R., (2005). *Metodologia das Ciências Sociais: Documento de estudo*. Academia Militar, Lisboa.
- Bowyer, R., (2004). *Dictionary of Military Terms*. Campaign, 3.
- Joint Publication 1-02, (2010). *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*. Joint Chiefs of Staff.

Trabalhos de Investigação

- Esteves, A. E., (2006). *Projeção de um Agrupamento Mecanizado por meios Ferroviário*.
- Magalhães, J. M. T., (2012). *O Batalhão de Infantaria do Battlegroup da União Europeia*. Lisboa, Academia Militar 29/04/13

Entrevistas:

- Ribeiro, M., (20 de Março de 2013). (P. Sousa, Entrevistador).
- Ferrão, E. M., (15 de Fevereiro de 2013). Comandante da NRF 5. (P. Sousa, Entrevistador).
- Moreira, N., (29 de Abril 2013). Comandante da NRF 13. (P. Sousa, Entrevistador)
- Teixeira, B., (07 de Fevereiro de 2013). 2º Comandante da NRF 5. (P. Sousa, Entrevistador)
- Ferreira, A., (19 de Fevereiro de 2013). Oficial de operações da NRF 5. (P. Sousa, Entrevistador)
- Ferreira, M., (21 de Fevereiro de 2013). Oficial de informações da NRF 5. (P. Sousa, Entrevistador)

Sítios da Internet

Retirado: Fevereiro, 20, de 2013, de [Http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm).

Retirado: Fevereiro, 25, de 2013, de <http://www.expertglossary.com/defense/definition/full-operational-capability-foc>.

Retirado: 19, Março, 2013, de http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52091.htm.

Retirado: Fevereiro, 16, 2013, de <http://www.thefreedictionary.com/deployability>.

Apêndices

Apêndice A - Glossário

Artigo 5º - As partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. (Tratado do Atlântico Norte) (OTAN, 1949)

SACEUR - É um dos dois comandantes supremos da OTAN sendo o comandante do ACO, é responsável pelo comité militar da OTAN, para a direção geral e condução de operações militares da OTAN. (Retirado: Março, 05, 2013, de <http://www.aco.nato.int/saceur.aspx>)

SHAPE - É o comando central das forças militares da OTAN, localizado em Casteau Bélgica. (Retirado: Março, 20, 2013, de <http://www.shape.nato.int/shape.aspx>)

ACE - Desde 1951 a 2003 a SHAPE apresentava a sede de forças operacionais na Europa uma vez que a ameaça encontrava-se junto da Europa, em 2003 passou a denominar-se Allied Command Operations controlando todas as operações a nível mundial. (Retirado: 20 de Março de 2013, de <http://www.nato.int/docu/review/2009/0902/090204/PT/index.htm>)

JCFL - tem como missão principal preparar, planear e conduzir o largo espectro de operações militares da OTAN, no sentido de proporcionar a paz e a segurança. (Retirado: 26 de Abril de 2013, de <http://www.jfclb.nato.int/newsroom/Pages/ShowNewsItem.aspx?ID=163>)

Apêndice B - Capacidades dos Batalhões de Infantaria

Quadro 10 - Capacidades dos Batalhões de Infantaria

Capacidades	BIMec/BrigMec	BIPara/BRR
Atuar de forma independente até ao nível de secção.	x	x
Ações de combate próximo com armamento portátil.	x	x
Execução de fogos diretos e indiretos em movimento montado ou apeado para garantir concentração de fogos de modo a empenhar as forças inimigas.		x
Controlar ou manter a posse de terreno conquistado ao inimigo e preparar posições defensivas.	x	x
Observar, negar o acesso, ocupar e defender pontos fortes.	x	x
Conduzir operações em áreas urbanizadas.	x	x
Efetuar operações de controlo de tumultos, até ao efetivo de 1 (uma) Companhia.	x	x
Operações Conjuntas/Combinadas.	x	x
Atuar em condições adversas de calor ou frio e em todo o tipo e condições de terreno.	x	x
Atuar integrado num ambiente em rede.	x	x
Obter / partilhar informação em “tempo real / próximo do real” que contribua para o BFSa (Blue Force Situation Awareness - Perceção Situacional das Forças Amigas).	x	x

Continuação do Quadro 10

Partilhar a COP (Common Operacional Picture – Imagem Operacional Comum) com as unidades subordinadas até ao escalão Companhia.	x	x
Obter, de dia ou de noite e em condições de visibilidade limitada, imagens (fotos ou vídeo) de objetivos ou atividades de interesse e disseminação das mesmas e de dados complementares para um centro de processamento / análise / integração de uma forma atempada, eficiente e segura.	x	x
Manter atualizada a rede de Comando e Operações e Logística relativamente à situação da Classe III e V, bem como os danos existentes relativos a combate e a não combate.	x	x
Transportar 5 DOS (Days of Supplies).		
Desminagem manual e destruição de obstáculos.	x	x
Garantir apoio a forças fazendo uso de proteção e mobilidade.	x	
Garantir proteção adequada para o pessoal e equipamento orgânico no âmbito CBRN (Chemical, Biological, Radiological and Nuclear).	x	x
Garantir proteção adequada de pessoal e equipamento contra RCIED (Remote Controlled Improvised Explosive Devices).	x	x
Reconhecer e emitir sinais de identificação de forças amigas para evitar o fratricídio;	x	x
Capacidade orgânica para garantir apoio logístico e sanitário.	X	x

Fonte: Magalhães, 2012

⁴⁵A célula a vermelho indica que não existia essa capacidade nos batalhões.

Apêndice C - Estudo das NRF

Quadro 11 - Estudo das NRF

	NRF 5	NRF 13
Composição e articulação das forças	Comando e Secção de Comando; Companhia de Comando e Serviços; Companhia de Atiradores (x2); Esquadrão de Carros de Combate; Companhia de Apoio de Combate.	Comando; Estado-Maior; Companhia de Comando e Apoio; Companhia de Pára-quedista (x3); Destacamento de Apoio.
Situação	<p>Em 13 de julho de 2004, decorreu a conferência de geração de forças para a NRF 5.</p> <p>O Exército Português participa na Componente Terrestre da NRF 5 com um Agrupamento Mecanizado com um efetivo de 697 elementos.</p> <p>A certificação da operacionalidade do AgrMec/BMI/NRF 5, para integrar a NRF, constitui uma responsabilidade Nacional.</p> <p>A projeção para o TO, a sustentação e a retração da força constitui uma responsabilidade Nacional.</p>	<p>O Exército Português participa na NRF 13 com um efetivo de aproximadamente 700 militares. O contributo deverá obedecer aos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Prontidão de 5 dias -Pessoal e equipamento a 95% -Autossustentável por um período de 30 dias -Projetável e interoperável -No período de treino Multinacional e <i>Stand By</i> não deverá integrar nenhum outro compromisso. -Uma estrutura de comando flexível

Continuação do Quadro 11

Missão	<p>O 1ºBIMec/BMI elabora um Plano de Formação e Treino Operacional. Integra os militares nomeados, organiza e constitui o AgrMec/BMI/NRF5. Constituído o AgrMec/BMI/NRF5, executa o treino de aperfeiçoamento operacional, afim de, obter a certificação nacional e OTAN. Prepara-se para cumprir missões, no interior e exterior da área de responsabilidade da OTAN, podendo atuar como força Isolada, <i>Stand Alone Force</i> ou <i>Initial Entry Force</i> em ambiente hostil ou permissivo, em operações de <i>Crisis Response Operations</i>, de Apoio ao Contra Terrorismo e Interdição Terrestre.</p>	<p>O Exército organiza e apronta, um BIPara, para no período de 01jul09 a 04jan10, integrar a NRF 13. Garante a coordenação do seu transporte para e do TO, bem como a sua sustentação no decurso de qualquer operação.</p>
Conceito de Operação	<p>Conduzir a formação, treino coletivo, treino de aperfeiçoamento operacional e Operações, assegurando em permanência três princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Projeção: no âmbito do emprego prioritário de forças para o exterior do Território Nacional; -Adaptabilidade: para fazer face às contínuas alterações do Ambiente Operacional; -Versatilidade: para agir, simultaneamente, em situações de combate próximo e situações de gradação da força; <p>Estabelecer quatro fases de aprontamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Fase I: Organização, adaptação do treino coletivo aos efetivos existentes com certificação Nacional. -Fase II: Treino de Aperfeiçoamento operacional combinado com certificação Nacional e OTAN. -Fase III: Empenhamento I -Fase IV: Empenhamento II e ou Regeneração. 	<p>Organizar as Estruturas Operacionais de acordo com os seguintes pressupostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Disponer de um efetivo máximo de 700 militares -Disponer de Comando e Estado-Maior -Disponer de três a quatro Unidades de Escalão companhia de Infantaria Paraquedista -Possuir capacidade de apoio de fogos de Morteiros e Anticarro -Possuir capacidade de apoio logístico -Módulo Sanitário <p>Garantir adequada flexibilidade para o cumprimento dos requisitos operacionais da missão, no quadro das responsabilidades cometidas ao BIPara/NRF 13.</p> <p>Garantir autossuficiência em termos logísticos, comunicações e segurança.</p> <p>O treino operacional do BIPara é orientado para o tipo de missões a cumprir e para as características dos TO onde esta força possa vir a ser empenhada.</p> <p>Acompanhar o desempenho do BIPara/ NRF 13, na fase de aprontamento e certificação, e na participação em eventuais operações durante a fase de <i>Stand By</i>.</p>

Continuação do Quadro 11

Apoio Logístico	Os encargos assumidos com a missão do AgrMec/BMI/NRF 5 de aprontamento e sustentação são processados inicialmente pelo 1º BIMec/BMI, de acordo com a lei em vigor e posteriormente enviados à Secção Logística/ Campo Militar Santa Margarida que executa a administração financeira relacionada com a missão do AgrMec/BMI/NRF 5.	Os encargos da atribuição das unidades ao BIPara/ NRF 13, incluindo os custos do treino operacional, certificação, projeção, sustentação, retração, suplemento de missão e outros abonos, serão controlados, de acordo com as normas em vigor, pelo Comando Operacional. Os que não sejam previstos nas dotações orçamentais do Exército serão apresentadas ao Ministério Defesa Nacional para ressarcimento.
Comando e Transmissões	<p>O AgrMec/BMI/NRF 5 está sob comando completo da BMI até nova ordem.</p> <p>O AgrMec/BMI/NRF 5 possui comando operacional sobre o Esquadrão de Carros de combate do GCC, a partir de 06out04 até 31dez04.</p> <p>O AgrMec/BMI/NRF 5 possui comando completo sobre o Esquadrão de Carros de Combate do GCC, a partir de 01jan05 até 11jan06.</p>	<p>A delegação de comando definida pelo escalão superior é transferida para o Chefe Estado Maior General das Forças Armadas que, oportunamente a delegará no SACEUR.</p> <p>As comunicações no âmbito da NRF serão efetuadas através das redes OTAN estabelecidas podendo recorrer-se a outros circuitos seguros.</p>

Apêndice D - As etapas do Procedimento

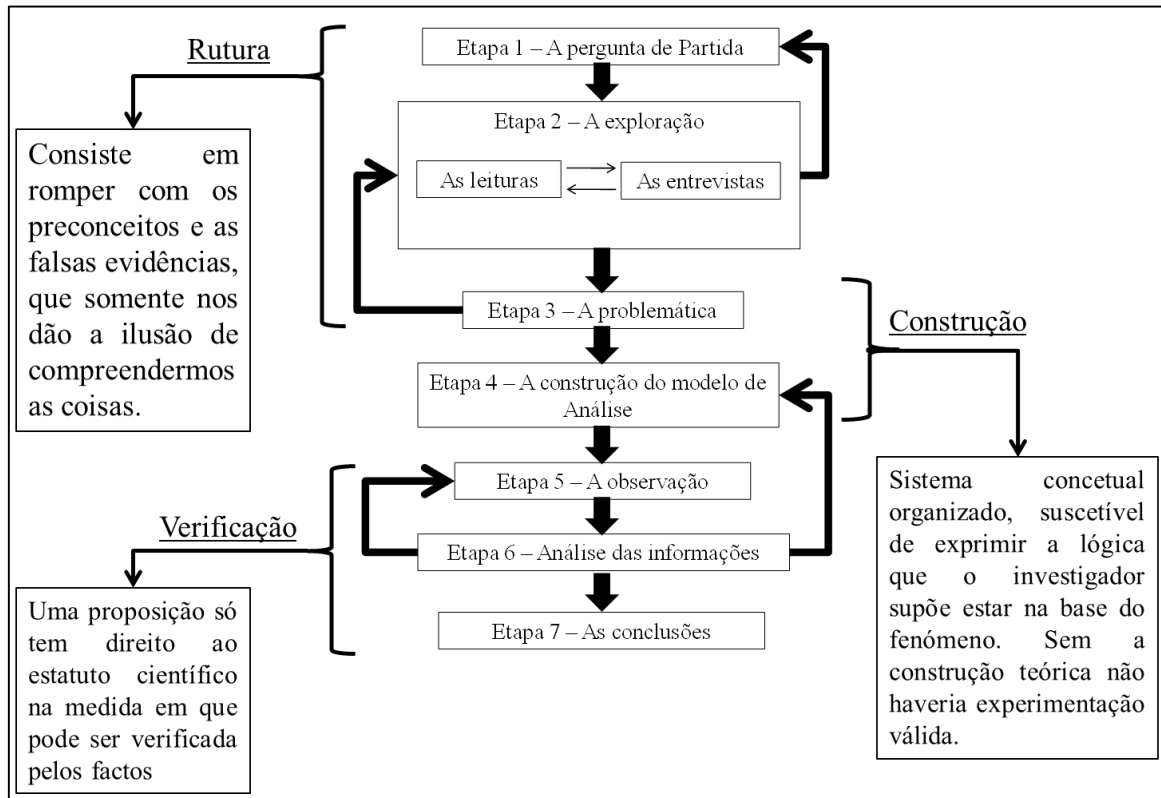


Figura 7 - As etapas do Procedimento

Fonte: Quivy & Campenout

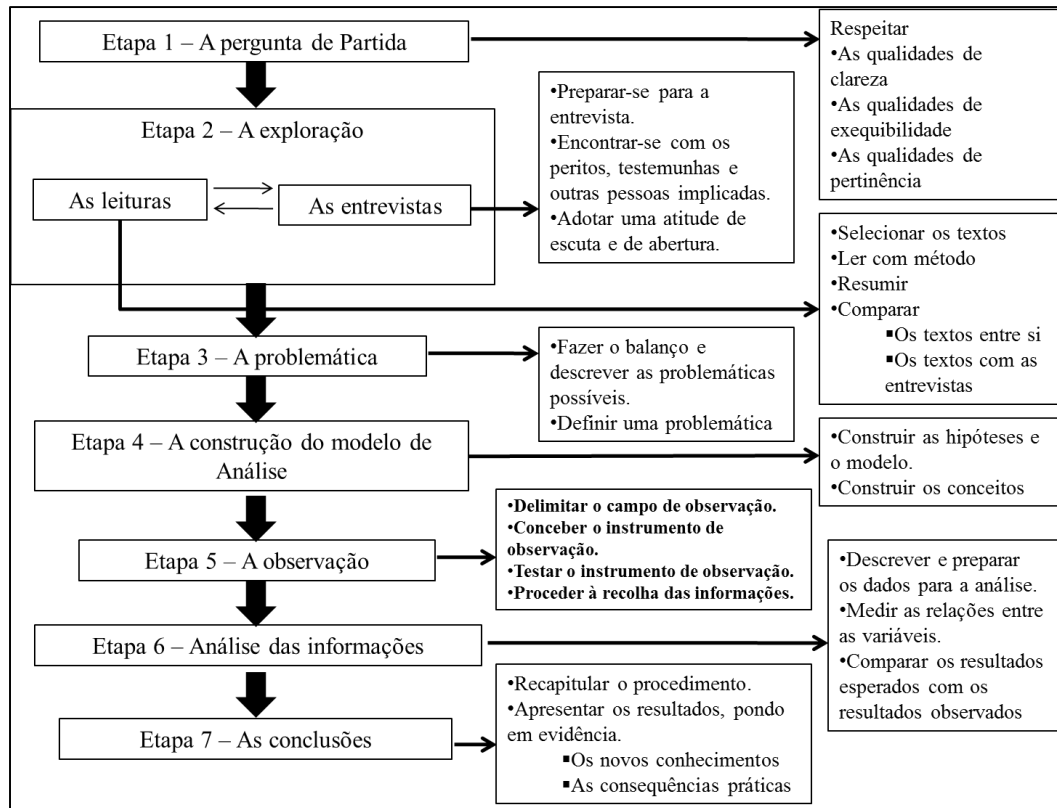


Figura 8 - Organograma do procedimento e recolha de dados na operação

Fonte: Quivy e Campenhoudt 2005

Apêndice E - Guião de Entrevista

Esta entrevista está inserida no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, incluído no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar, subordinado ao tema “*A atuação de forças do Exército nas Nato Response Force (NRF), e a forma como estas contribuem para o produto Operacional do Exército.*”.

Posto: _____ **Nome:** _____

Função: _____ **Unidade:** _____

Data: ___/___/_____ **Hora:** ___ h ___

Entrevistador: Aspirante Oficial Aluno de Infantaria Paulo Jorge Cabral de Sousa

Objetivos Gerais:

Identificar quais as consequências da participação de uma força numa NRF em termos de organização, treino operacional, equipamento e operacionalidade.

Blocos Temáticos:

Bloco A – Apresentação da Entrevista.

Bloco B - Determinar a influência das NRF nas forças operacionais de escalão batalhão que tenham cumprido o ciclo NRF - FND.

Bloco C - Analisar o contributo da NRF para constituir uma FND no TO do Kosovo.

Bloco A

Objetivos Específicos

Apresentação do entrevistador

Explicar os Objetivos gerais da Entrevista

Motivar o entrevistado

Bloco B

Perguntas:

1. Quais as alterações produzidas nas forças que participaram na NRF em termos de treino operacional?

2. Que características essenciais o treino operacional deve conter de forma a torná-lo mais eficaz?
3. Na fase inicial do aprontamento nomeadamente no treino de nivelamento, que lacunas se verificaram em termos de treino do pessoal, e materiais necessários ao período de treino?
4. Quais as alterações produzidas nas forças que participaram na NRF em termos de organização?
5. A organização e conceito da NRF encontra-se, adequada à realidade e conjuntura do período em que está inserida?
6. Quais as alterações nas forças que participaram na NRF em termos de equipamento?
7. Quais os efeitos do emprego de forças do Exército na NRF?

Bloco C

Perguntas:

1. Quais as capacidades, necessárias de um Batalhão de uma NRF no cumprimento das missões e tarefas no TO no Kosovo como FND?
2. Qual o tipo de equipamentos mais adequados para a realização de missões no Kosovo pelas forças?
3. Qual o contributo da NRF para a constituição e o sucesso como FND, no TO do Kosovo?

Apêndice F - Quadro resumo de respostas das entrevistas

Quadro 12 - Quadro resumo de respostas das entrevistas

Entrevistados Perguntas	Comandante da NRF 5	2º Comandante da NRF 5	Oficial de Operações da NRF 5	Oficial de Informações da NRF 5	Comandante da NRF 13
-Quais as alterações produzidas nas forças que participaram na NRF em termos de treino operacional?	-Existiu uma adaptação do treino aos objetivos fixados, não havendo uma metodologia de treino para uma NRF. -A essência do treino operacional de uma NRF era igual ao treino operacional de uma força de escalão batalhão que se preparava para uma missão.	-O treino operacional do batalhão estava sustentado no espetro do conflito que se tinha de estar preparado. -O ciclo do treino operacional que a NRF obedeceu seguiu uma lógica de <i>Three block war</i> , sempre na sequência da alta para a baixa intensidade.	-Houve alterações, uma vez que a NRF 5 foi a primeira grande NRF que houve no Exército Português no entanto foi necessário reunir as condições, financeiras, materiais e de recursos humanos, para criar um ambiente propício para o planeamento e a sua execução através do treino.	-A identificação da necessidade de ter forças certificadas, com os meios humanos e materiais estabelecidos no seu quadro orgânico e um plano de treino para cumprir.	-O ciclo de treino operacional foi ajustado no tempo, relativamente aos requisitos de avaliação e certificação da força. O seu conteúdo não foi alterado. -Foi atribuída prioridade às forças em preparação e aprontamento da NRF, tendo consequências diretas na proficiência da força.

Continuação do quadro 12

<p>-Que características essenciais o treino operacional deve conter de forma a torna-lo mais eficaz?</p>	<p>-A existência de critérios fixados, que tinham de ser alcançados obrigatoriamente. -O tiro fazia a diferença. Ter a possibilidade de cumprir um plano de tiro progressivo, do individual para o coletivo, cumprindo as várias etapas de validação contribuía para a eficácia do treino.</p>	<p>-<i>Train as you fight</i>, a eficácia do treino parte da forma como é executado. -Encetar as várias fases, do individual para o coletivo, concorrendo a parte tática, técnica, o tiro e o treino físico de aplicação militar tudo é convergente para obter um produto operacional credível.</p>	<p>-A excelência da equipa que se formou, quer ao nível do estado-maior, das companhias, e nos baixos escalões, era fundamental ter o homem na função certa.</p>	<p>-Quando existe um conjunto de cenários em que as forças podem ser empregues, o treino deve contemplar sempre que possível todos os cenários de emprego de forma a serem treinadas todas as tarefas. -Quando a força já tem um TO definido, o treino deve ser orientado para a missão específica que a força vai cumprir.</p>	<p>-Exclusividade de empenhamento. -Quadro orgânico de pessoal e Quadro orgânico de material, preenchidos. -Condições de treino. -Sistemas de simulação reais. -Avaliação interna e externa.</p>
<p>-Na fase inicial do aprontamento nomeadamente no treino de nivelamento que lacunas se verificaram em termos de treino do pessoal, e materiais necessários ao período de treino?</p>	<p>-Técnica individual de combate. -O treino físico. -O Tiro.</p>	<p>-A dimensão exigida para a NRF 5, era a força não estar abaixo dos 80%, o que não se verificou inicialmente. -Só a partir de 1/3 do treino é que houve reforço. -Haviam estruturas com lacunas e com disfunções mas permitiam o treino.</p>	<p>-Foi necessário formar e constituir uma força com base em homens que não estavam na unidade, não tinham a característica de continuidade. -Para além do facto de a formação não ser a mesma de uma unidade para outra. -Recebemos pessoal que nunca trabalhou em viaturas M-113 nem com metralhadoras pesadas.</p>	<p>-Diferente preparação técnica, tática, física e psicológica, que com o treino e no tempo se esbatem.</p>	<p>-A força teve lacunas permanentes no preenchimento da sua estrutura orgânica de material. -As lacunas de treino de pessoal eram transversais devido à falta generalizada de recursos humanos, materiais e financeiros.</p>

Continuação do quadro 12

<p>-Quais as alterações produzidas nas forças que participaram na NRF em termos de organização?</p>	<p>-A organização do agrupamento mecanizado teve por base, os quadros orgânicos do BIMec e do ECC do GCC.</p>	<p>-Com a NRF em termos de organização houve a adaptação do quadro orgânico da força do agrupamento mecanizado e não a sua alteração. -Os recursos humanos foram adequados à NRF.</p>	<p>-O fato de não ter a força constituída logo inicialmente no batalhão criou grandes dificuldades, no entanto houve a vantagem e a oportunidade de formar a força á imagem do comando do batalhão e aquilo que o comando pretendia.</p>	<p>-No caso da NFR 5 foi constituído um agrupamento Mecanizado. -Esta situação impõe que a organização da força tenha que integrar um conjunto de capacidades em permanência, que antes só existia aquando da realização dos exercícios.</p>	<p>-A existência de um destacamento de apoio de operações de base de partida.</p>
<p>-A organização e conceito da NRF encontra-se, adequada à realidade e conjuntura do período em que está inserida?</p>	<p>-O conceito NRF era válido na realidade que se deparava. Uma vez que permitia à OTAN dispor de uma excelente capacidade de resposta militar, capaz de atuar em tempo oportuno, em qualquer local e em qualquer tipologia de missões.</p>	<p>-A NRF servia de verificação de capacidades, e nesse sentido cumpria os desígnios para que tinha sido concebido o conceito. -Do ponto de vista de emprego falhou, nomeadamente na projeção e retração de uma força NRF, uma vez que, quem fazia a projeção das forças suportava os custos.</p>	<p>-O conceito foi embrionário e revolucionário. -Era algo novo e de grande responsabilidade o que criava o espírito de querer participar de estar sempre pronto, para a força atingir os objetivos e ser certificada com os graus de exigência que a OTAN impunha na altura.</p>	<p>-O Conceito NRF em termos macro é fundamental para que a OTAN tenha em permanência uma força certificada, com capacidade de intervir num curto espaço de tempo.</p>	<p>-O conceito de NRF não era adequado. As nações não demonstravam vontade de preencher todos os requisitos do CJSOR e de capacidades necessárias.</p>

Continuação do quadro 12

<p>-Quais as alterações nas forças que participaram na NRF em termos de equipamento?</p>	<p>-Não houve alterações em termos de equipamento. -Trabalhou-se com base no equipamento orgânico do batalhão de infantaria mecanizado e do grupo de carros de combate.</p>	<p>-Existiu um cuidado em termos tangíveis na parte dos materiais, como é o caso dos aparelhos de visão noturna. -No entanto o batalhão atribuiu prioridade à otimização com qualidade dos meios que estão atribuídos em quadro orgânico.</p>	<p>-O manancial de equipamento necessário para uma força deste tipo, era variadíssimo e exigia uma enorme tecnologia e principalmente recursos financeiros avultados.</p>	<p>-As NRF permitem que sejam identificadas necessidades de materiais que por vezes não existem em canal de reabastecimento. Nestas situações os equipamentos podem vir a ser adquiridos, provocando uma mais-valia.</p>	<p>-Não existiram modificações em termos de equipamento. -No entanto a proposta de estrutura orgânica de material continha alterações significativas de equipamento destinadas a conferir capacidades de uma força moderna e tecnologicamente avançada.</p>
<p>-Quais os efeitos do emprego de forças do Exército na NRF?</p>	<p>-A vantagem de termos a garantia de obter uma força organizada e constituída, que está pronta para uma operação. -Existir um mecanismo de certificação que está associado à força, apresentando a garantia que a força satisfaz os requisitos necessários. -A mudança na “mentalidade” de todos, o trabalho era em função dos critérios, o que trazia uma qualidade acrescida às unidades.</p>	<p>-Será o ativo que fica nomeadamente: o conhecimento e a atividade operacional. -Não existe melhor cenário para treino e preparação das forças que a NRF, porque admitindo que a vontade política de emprego da força seja mínimo, podemos usufruir ao nível da OTAN, o melhor que se desenvolve, em prol do treino das nossas forças. -As experiências adquiridas permitem aos quadros uma vantagem competitiva.</p>	<p>-Para um militar do quadro fazer parte de uma força deste tipo fornecia uma preparação diferente. A formação não acabava nas escolas, a formação era contínua. -Para os militares, que não eram do quadro, servia para cimentar e dar oportunidade de conhecer realmente o que era uma força desta natureza.</p>	<p>-A vantagem de integrarmos forças que estão na vanguarda dos procedimentos táticos e técnicos aliados a equipamentos e materiais de última geração, o que é uma mais-valia para as Forças Portuguesas. -Cria uma “mentalidade” diferente pois temos que ter forças Certificadas.</p>	<p>-Aumento da qualidade do produto operacional. A necessidade de alta prontidão e a probabilidade, ainda que reduzida, de emprego da NRF contribui para a motivação da atividade de treino operacional. Planear e executar um ciclo de treino prolongado, do individual ao coletivo, com avaliações intermédias traduz um aumento da proficiência técnico tática da unidade.</p>

Continuação do quadro 12

<p>-Quais as capacidades, necessárias de um Batalhão de uma NRF no cumprimento das missões e tarefas no teatro de operações no Kosovo como FND?</p>	<p>-Constituía requisito obrigatório estar preparado para fazer face a uma escalada da violência e deste modo ser capaz de conduzir operações em todo o espectro da conflitualidade. -A matriz do treino operacional era a mesma, insistindo no tiro e na preparação da condição física. -Em termos motivacionais era diferente da NRF para a FND.</p>	<p>-Em termos de organização, comando e controlo, manobra, apoio de fogos e apoio de serviços, houve uma transferência na sua devida proporção para a FND. -Houve uma coerência do produto operacional em toda a linha e que era necessário para o cumprimento das missões no TO do Kosovo.</p>	<p>-Uma força projetada para um teatro deve ser feita com base numa força já existente. -Num teatro existe sempre a possibilidade de uma escalada da violência conduzindo a situações de alta intensidade. Se a força existir anteriormente e tiver treino de alta e baixa intensidade, seria mais fácil.</p>	<p>-Um Batalhão NRF possui um conjunto de procedimentos técnicos e táticos aos vários escalões que lhe permite ser empregue num TO como o do Kosovo.</p>	<p>-Houve aproveitamento das capacidades em todas as funções de combate. No entanto o Batalhão NRF estava vocacionado para as Operações Aeroterrestres enquanto como FND havia uma nova tipologia de operações, nova organização, maior dimensão das funções reabastecimento e manutenção.</p>
<p>-Qual o tipo de equipamentos mais adequados para a realização de missões no Kosovo pelas forças?</p>	<p>-A missão no Kosovo é típica de infantaria, as viaturas utilizadas não são as mais adequadas.</p>	<p>-No teatro as nossas forças estão muito bem equipadas, no entanto começamos a perder alguma qualidade, associado a aspetos de cariz tecnológico. -Temos de dar o salto do ponto de vista tecnológico em duas áreas nomeadamente nos sistemas não tripulados e nos aparelhos de visão noturna.</p>	<p>-O nosso soldado NRF não teve a possibilidade de ser equipado como quando foi para a FND. -Houve a passagem de um nível elevadíssimo de equipamento, médio ou pesado, para um patamar inferior ao nível de viaturas de rodas. Se fosse o contrário era muito mais difícil.</p>	<p>-O importante são os requisitos operacionais que a força deve possuir para ser empregue numa NRF ou no TO do Kosovo, que depois identifica que materiais/equipamentos deve possuir.</p>	

— Continuação do quadro 12

<p>-Qual o contributo da NRF para a constituição e o sucesso como FND, no TO do Kosovo?</p>	<p>-Com a NRF 5 foram organizadas duas FND. -A força já estava treinada e muito confiante e teve um ciclo de continuidade no treino. -Os principais contributos foram materializados na confiança e qualidade do treino da força, o espírito de corpo, a capacidade de iniciativa dos comandantes a todos os escalões de comando.</p>	<p>-A parte doutrinária, a liderança, a organização da força, as adaptações e evoluções. O treino operacional. -Do pessoal houve a seleção, o que é uma mais-valia. -A interoperabilidade uma vez que tornamo-nos aptos a trabalhar com outros em que o inglês é essencial.</p>	<p>-Essencialmente o treino, o soldado estava preparado para o pior, o que deu depois em termos de capacidade, a resistência física e psicológica e a evolução na mentalidade da força.</p>	<p>-Foi o período de treino durante a NRF, que permitiu de forma integrada que todo o Batalhão treinasse um conjunto de procedimentos técnicos e táticos que durante a missão no TO do Kosovo foi muito proveitoso. -A Força apresentava elevados níveis de eficiência e eficácia.</p>	<p>-Depois de um ciclo de treino desta natureza, a unidade está em melhores condições para iniciar o aprontamento para uma operação como FND. Basta ajustar o treino às especificidades do TO, não iniciando o processo do zero. Pelo contrário inicia com um nível de proficiência elevado.</p>
---	---	---	---	--	--

Anexos

Anexo A – Full Operacional Capability da NRF

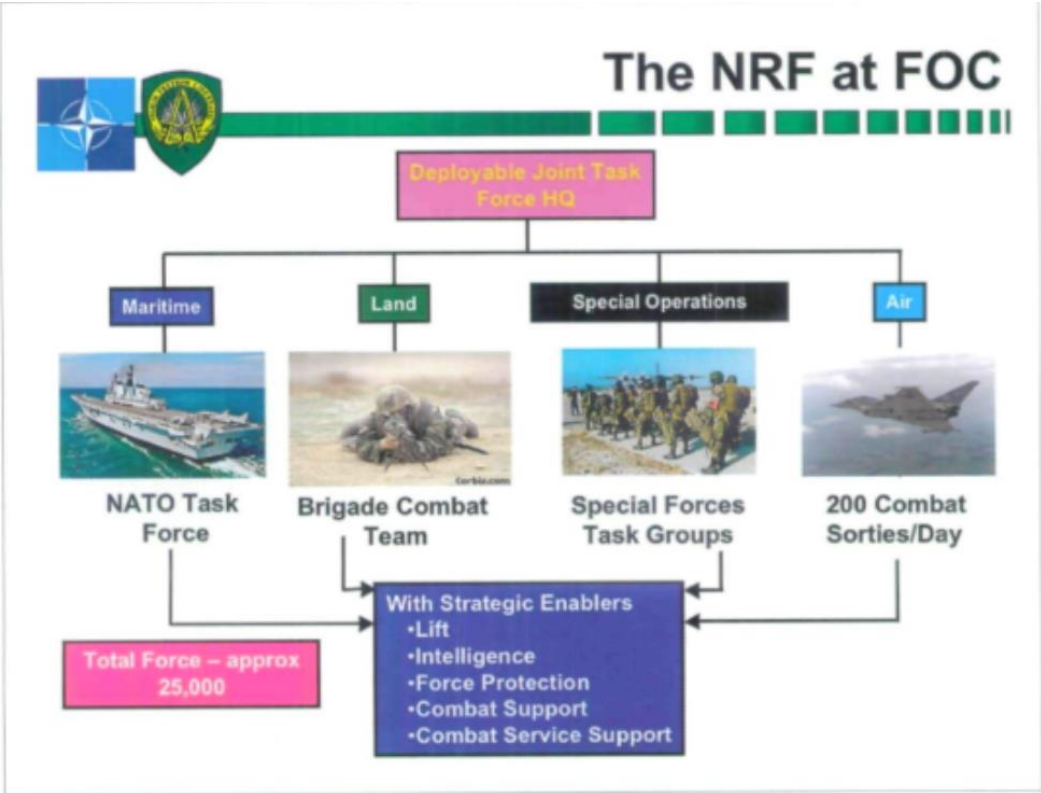


Figura 9 - FOC da NRF
Fonte: NRF Live

Anexo B - Critérios da capacidade de Prontidão**Quadro 13 - Critérios Permanentes da capacidade de Prontidão**

<p>3. Todo o pessoal dos QG do Deployable Joint Task Force (DJTF) e dos Component Command (CC), aquando da projeção, devem ser portadores do seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Bilhete de Identidadeb) Cartão da Convenção de Genebra, no caso do BI Militar Nacional não incluir esse tipo de Informação.c) Chapas identificativas: De acordo com os padrões nacionais, preferencialmente apresentando o número de identificação militar, grupo sanguíneo e religião.d) Passaporte: válido, no mínimo, por 12 meses.e) Guias de Marcha: Guia de Marcha NATO e, se necessário, uma guia Nacional para o deslocamento.f) Ficha ACE 107 (Credenciação de Segurança Pessoal)g) Registos Médicos e Dentários conforme o requerido por regulamentos nacionais.h) Vestuário e equipamento. O pessoal é dotado do fardamento e do equipamento, suficiente para um mínimo de 30 dias:<ul style="list-style-type: none">1. Dotação completa de fardamento e equipamento individual de combate, de acordo com as normas nacionais. São recomendados três conjuntos de fardamento e um par extra de botas. Dotação de fardamento para climas temperados, árticos, desérticos e tropicais estarem disponíveis através dos canais nacionais de reabastecimento, por forma a satisfazer os níveis de prontidão da CJSOR.2. Equipamento completo de proteção NBQ, incluindo respiradouros e filtros de reserva.3. Capacete e colete Anti-bala.4. Equipamento individual completo, (cinto, porta carregadores, mochila, etc.)5. Arma individual. Os militares devem transportar munições para três dias.6. Ração de combate. Os militares devem transportar provisões para seis dias.7. Saco de cama e pano de tenda.8. Roupa Civil.

Fonte: Certificação da força de reação da OTAN

Anexo C - Classes de Abastecimentos

Quadro 14 - Classes de Abastecimentos

Classe I	Viveres e artigos de higiene e bem-estar gratuitos.
Classe II	Vestuário, fardamento e equipamento individual, material de bivaque, colecções orgânicas de ferramentas, ferramentas manuais e abastecimentos para administração interna das instalações.
Classe III	Combustíveis, óleos e lubrificantes: combustíveis derivados do petróleo, lubrificantes, óleos hidráulicos e isolantes, preservantes, gases líquidos e comprimidos, produtos químicos a granel, produtos anticongelantes e de refrigeração e carvão.
Classe IV	Material de construção, incluindo equipamento instalado e todos os materiais de organização do terreno e fortificação.
Classe V	Munições de todos os tipos (incluindo armas químicas, bacteriológicas e especiais), bombas, explosivos, minas, espoletas, detonadores, artificios pirotécnicos, misseis, foguetes, compostos propulsores e outros artigos afins.
Classe VI	Artigos para uso individual privado, não especificamente militar, para venda a militares.
Classe VII	Artigos completos principais (combinações finais de produtos acabados que se encontram prontos para utilização), como por exemplo, carros de combate, rampas de lançamento, viaturas e oficinas móveis.
Classe VIII	Material sanitário e respectivos sobressalentes.
Classe IX	Sobressalentes (excepto os específicos do material sanitário): todos os sobressalentes e componentes necessários para o apoio de manutenção a todo o equipamento, incluindo colecções para reparação, conjuntos e subconjuntos.
Classe X	Abastecimentos para apoio a programas não essencialmente militares (por exemplo equipamento de desenvolvimento agrícola de uma dada área) e que não se incluem em qualquer das classes anteriores.

Fonte: Manual de Logística da Academia Militar